

**ÉTICA E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL:** implicações  
ao trabalho profissional do assistente social no Brasil e Colômbia

**Josefa Batista Lopes**

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

**Cristiana Costa Lima**

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

**Ramiro Rodriguez Beltran**

Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Colômbia

**Uva Falla Ramírez**

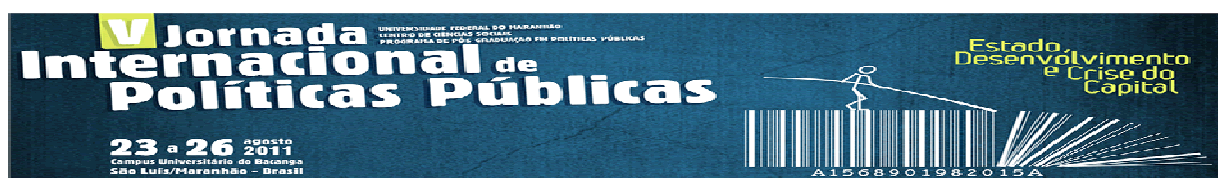
Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Colômbia

**Sandra del Pilar Gomes Contreras**

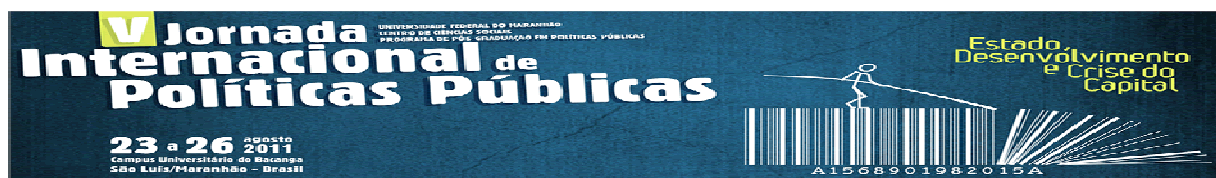
Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Colômbia

## **RESUMO**

Debate sobre o trabalho do assistente social no contexto do desenvolvimento do Brasil e da Colômbia, a partir dos dilemas éticos enfrentados no exercício profissional do Serviço Social frente à crise do capital na atualidade nesses países. Situa-se essa temática no âmbito do debate conceitual da “Ética”, através de seus autores clássicos e contemporâneos, e no reatamento desse debate nos instrumentos legais da categoria, a exemplos dos códigos de ética no Brasil e Colômbia, dos currículos e leis de regulamentação da profissão nesses dois países. A partir dessas referências, busca-se refletir sobre a situação do assistente social em sua prática profissional. Compreendendo-se que o Serviço Social desenvolveu-se a partir do enfrentamento às expressões da questão social oriundas da dinâmica da sociedade capitalista, tratar do tema desenvolvimento é investigar como esse elemento possui influência direta e indireta sobre a prática do assistente social. Tomando-se a prática cotidiana do fazer profissional, aborda-se o assistente social numa encruzilhada de dilemas éticos e políticos



apresentados desde as diretrizes postas pelo poder público, os quais nem sempre são dilemas assumidos conscientemente e criticamente pelos profissionais no exercício do Serviço Social. Os dilemas reais implicam um grau de motivação e permitem delinear uma relação direta com os sujeitos participantes que veem refletidas neles situações mais ou menos próximas. Os dilemas éticos e políticos estabelecem na questão ética uma escolha de propósitos a partir dos quais se decide e se atua profissionalmente. Ao pautar esse debate no cenário da crise do capital, objetiva-se reafirmar que a prática profissional do assistente social emerge e se consolida na discussão maior dos projetos sociais em disputa na sociedade.



## ÉTICA E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL:

Apontamentos para um estudo crítico \*

Josefa Batista Lopes<sup>1</sup>

"Mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor".

Allende

### RESUMO

Apontamentos para um estudo crítico da relação ética e desenvolvimento das sociedades capitalistas, com ênfase nas situações de crise do capital na particularidade das sociedades de capitalismo dependente como na América Latina. Parte da premissa de que o capitalismo é desprovido de ética e demonstra que o desenvolvimento dessa formação social está assentado na desigualdade e dominação entre os homens e entre os países do capitalismo central e os países de capitalismo dependente. Destaca que os impactos das crises do capital são mais violentos nos países de capitalismo periférico dependente, com efeitos mais perversos sobre as classes trabalhadoras e o acirramento da questão social, cuja solução é condição da ética em uma sociabilidade alternativa.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Ética; Capitalismo Dependente; Crise do Capital; Questão Social; Sociabilidade Alternativa

### ABSTRACT

Notes for a critical study of ethical relationships and development of capitalist societies with emphasis on the capital crisis in the particularity of dependent capitalist societies as in Latin America. It starts from the premise that capitalism is devoid of ethics and shows that the development of this social formation sits in the inequality among men and among the countries of central capitalism and countries of dependent capitalism. It also highlights that the impacts of crises of capital are more violent in peripheral dependent capitalist countries with the most perverse effects on the working classes and the intensification of social issue whose solution is a condition of ethics in an alternative society.

**Key words:** Development; Ethics; Dependent capitalism; capital crisis; social issue; alternative society

\* Exposição feita no âmbito da Mesa Coordenada "Ética e desenvolvimento no contexto da crise do capital: implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia" realizada na V Jornada internacional de Políticas Públicas, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA no período de 23 a 26 de agosto de 2011

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social Universidade Federal do Maranhão (UFMA). [josefablupes@uol.com.br](mailto:josefablupes@uol.com.br)



## 1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de um estudo teórico sobre a temática e pretende oferecer subsídio ao projeto de pesquisa de um grupo de pesquisadores do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão sobre “Os Dilemas Éticos e Políticos dos Assistentes Sociais na Prática Profissional Cotidiana no Brasil” que será realizado em articulação com pesquisadores da Universidade Colégio Mayor de Cundinamarca da Colômbia, mediante convênio<sup>2</sup> entre as duas universidades.

Centra-se em um eixo da temática da Mesa Coordenada sobre “Ética e desenvolvimento no contexto da crise do capital: implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia” que será realizada na V Jornada de Políticas Públicas, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Propõe-se a sugerir apontamentos para um estudo crítico da relação ética e desenvolvimento das sociedades capitalistas, com ênfase nas situações de crise do capital na particularidade das sociedades de capitalismo periférico e dependente. Nessa perspectiva parte da premissa de que o capitalismo é desprovido de ética e demonstra que o desenvolvimento dessa formação social está assentado na desigualdade e na dominação entre os homens e entre os países do capitalismo central e os países de capitalismo dependente; e nesse processo construiu um profundo fosso entre esses países com base nas relações de produção e apropriação da riqueza no mundo. O desprovido da ética se expressa precisamente na relação de interesse do capital em relação ao desenvolvimento do homem como ser social. Mas isto

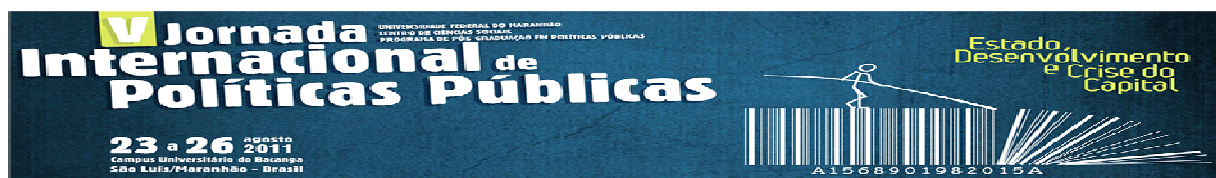
não significa que não exista uma história ético-política [...] a história ético-política existe não como hipóstase, mas como função histórica das relações materiais. Pode-se também dizer que a história econômico-social eleva-se necessariamente até o nível ético-político e que o materialismo histórico é, precisamente, a tentativa de explicar a necessidade histórica da passagem dos níveis econômico-sociais para os ético-políticos. (CERRONI, 2011)

Nas sociedades de capitalismo dependente esses interesses são exacerbados, como no continente latino-americano cuja dependência, segundo Marini (2000, p. 109) se configura quando “as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura

---

<sup>2</sup> O processo para efetivação do convênio encontra-se em andamento.





definida: a divisão internacional do trabalho que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região”. Nessas sociedades, em função do intercâmbio desigual ocorre uma maior exploração do trabalhador através da utilização de métodos de extração do trabalho excedente que resulta na “superexploração do trabalho” (MARINI, 2000, p.126). Em momentos de agudização das crises do capital, agudiza-se também a superexploração do trabalho e a questão social com mais intensidade nessas sociedades.

A exposição dos apontamentos está organizada em dois eixos: o primeiro referente às condições de expressão da ética no desenvolvimento das sociedades de capitalismo dependente, cujo quadro para uma análise ressalta: a questão da dependência e do desenvolvimento dos países latino-americanos e a *coisificação do homem* pela qual as relações no capitalismo são a negação da ética; o segundo eixo sugere a perspectiva da ética na construção de uma sociabilidade alternativa na qual o “reino das necessidades” do capitalismo é transformado em “reino da liberdade” pelos homens, enquanto sujeitos históricos dotados de consciência crítica e vontade coletiva<sup>3</sup>.

## 2 – AS CONDIÇÕES DE EXPRESSÃO DA ÉTICA NO DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES DE CAPITALISMO DEPENDENTE

### 2.1 - Notas sobre Dependência e Desenvolvimento dos Países Latino-Americanos: retomando o fio da história

A dependência das sociedades latino-americanas em seu desenvolvimento histórico é um tema que vem se configurando desde a década de 60 do século passado no leito dos movimentos do pensamento crítico, animado com a vitória da Revolução Cubana em 1959. Ganhou relevância e estatura teórica no início da década de 70 daquele século, tendo em Ruy Mauro Marini a sua maior expressão, através da “Dialética da Dependência”, publicada em 1973<sup>4</sup>

Marini (2000, p.109) entende a dependência como

<sup>3</sup> Para o estudo específico sobre vontade coletiva destaco como sugestão um estudo da formulação de Gramsci nos Cadernos do Cárcere, destacadamente o Volume 3 (2000) e sobre a questão da consciência destaco a análise de Mézários (2008) sobre consciência necessária e consciência contingente.

<sup>4</sup> Outros pensadores importantes dedicaram-se ao tema, dos quais destaco Florestan Fernandes em três obras: a) “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” que reúne ensaios escritos entre 1969 e 1971; b) “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento” com ensaios de 1968, 1972 e 1975; c) “A revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica”, produto de um longo trabalho de pesquisa, foi publicada 1974.



“uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe

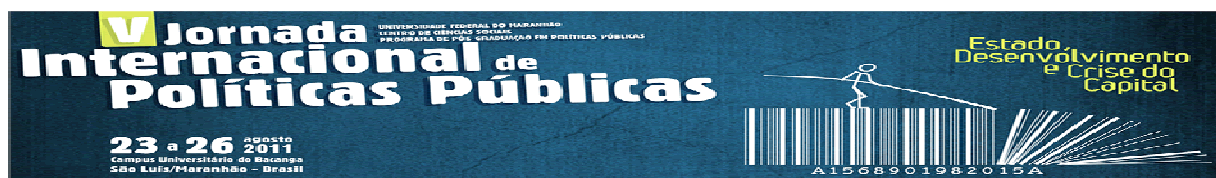
Com essa concepção ele ressalta a pertinência do que denomina “fórmula de André Gunder Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’” (MARINI, 2000:109), fazendo ao mesmo tempo *uma crítica da crítica* que a esta fórmula foi feita à época. Mas Marini toma o cuidado de destacar uma “debilidade real do trabalho de Frank” que reside em considerar a situação de dependência igual à situação colonial; e é categórico ao afirmar que não é igual. E esta é uma advertência importante para os estudiosos da América Latina, freqüentemente marcados pela história de opressão do processo de colonização. Segundo ele: “Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas” (2000, p. 109)

As condições de desenvolvimento da teoria da dependência foram dadas a partir do momento de consolidação do capitalismo monopolista. Florestan FERNANDES (1981) em uma de suas obras clássicas, “Sociedade de Classes e subdesenvolvimento”, anotou que naquela ocasião o capitalismo monopolista vinha “alterando rapidamente o quadro dos ajustamentos entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas” (1981, p. 59)<sup>5</sup>. Segundo ele

O impacto das influências do capitalismo monopolista é tão forte que já não se pode pensar que ‘internacionalização de centros de decisão’ seja equivalente a ‘nacionalização dos interesses econômicos’ e produza autonomia de crescimento econômico, onde estejam presentes firmas que internacionalizam o fluxo do capitalismo monopolista. A própria integração do mercado latino-americano está sendo incentivada atualmente, sob esse impacto, para estruturar-se uma economia de consumo de dimensões suficientes à existência e à expansão daquelas firmas.

Sob o capitalismo monopolista a recessão generalizada de 1974/75, a primeira depois do período expansivo da economia no pós II Guerra Mundial, golpeou simultaneamente todas as potências imperialistas, em uma “crise de superprodução” (MANDEL, 1990, p.9) que se constituiu o motor das condições para a grande transformação ocorrida no processo de *saída neoliberal* da crise.

<sup>5</sup> Essas anotações são feitas no Rodapé n.29.



O fato de a recessão ocorrer em um momento que grande parte dos países do continente estava envolta no último ciclo de ditaduras militares do continente<sup>6</sup> atribuiu importantes particularidades na incidência da crise sobre esses países; e, certamente, na adesão de cada um deles ao *neoliberalismo* como projeto mundial em nível econômico e político-ideológico para a da *saída* da crise. Não é possível no curto espaço deste trabalho e nem mesmo é o caso de entrar nos detalhes dos processos particulares, mas é importante apontar a profunda contradição vivida no continente nesse período, fortemente marcado pela vitória da revolução cubana, em 1959, e nesse sentido destacar: a) uma observação de Perry Anderson (1995, p.19) de que o Chile “sob a ditadura de Pinochet [...] tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. [...] começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favos dos ricos, privatização dos bens públicos<sup>7</sup>; b) a constituição de movimentos de massa no campo e nas cidades, fortalecidos na resistência contra as ditaduras militares, em nível político e econômico<sup>8</sup> com forte apoio na teologia da libertação da Igreja Católica<sup>9</sup>; e de um pensamento crítico emergente nas ciências humanas e sociais, com forte influência da vitória da Revolução Cubana em 1959 (LOPES, 1998). Nesse movimento se destacou a teoria da dependência que desnudou a dependência do desenvolvimento do continente em relação aos países do capitalismo central de cuja formulação se destacaram Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, André Günter Frank, citados acima, e Fernando Henrique Cardoso; mas no movimento, destaque ainda, entre tantas obras, pelo menos mais duas<sup>10</sup>: as “Veias Abertas da América Latina” de Eduardo Galeano (1976) e “Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK-JQ” de Miriam Limoeiro Cardoso (1977); foram

<sup>6</sup> Destaco os períodos das ditaduras nos países do Cone Sul: Brasil (1964-1985), Argentina (1966-1973; 1976-1983); Chile (1973-1990); Uruguai (1973-1985); Paraguai (1954-1989)

<sup>7</sup> Segundo Perry Anderson (1995, p.9) tudo “foi começado no Chile quase um decênio antes de Thatcher na Inglaterra”; embora o mesmo autor (p. 9) tenha dito antes que o “neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte imperava o capitalismo [...] Seu texto de origem foi *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944”

<sup>8</sup> No caso do Brasil, por exemplo, ocorreu uma adesão considerada tardia, em função da eclosão e avanço do ciclo de lutas operárias e populares ascendentes até 1988, quando foi promulgada a chamada Constituição Cidadã (LOPES, 2007), que fechou o período autoritário das ditaduras militares e ingressou em um novo ciclo de democracia representativa. É no início desse novo ciclo que o país adere ao projeto neoliberal com o primeiro presidente eleito pelo voto popular após a ditadura militar.

<sup>9</sup> Lembre-se aqui, particularmente, as Comunidades Eclesiais de Base. Sugiro aqui a leitura da obra de Michel Löwy *Marxismo e Teologia da Libertação* (1991) com atenção para a observação do autor sobre o interesse de Gramsci e Bloch para questões religiosas, mas ressaltando Bloch como mais adequado ao tema de sua análise.

<sup>10</sup> Citar apenas essas obras e intelectuais dá certa frustração diante da imensa e densa produção teórica do pensamento crítico que vicejou e se desenvolveu no período, em todas as áreas de conhecimento, mas destacadamente nas ciências humanas e sociais no continente e na maioria dos países, ainda que mais em uns do que em outros.



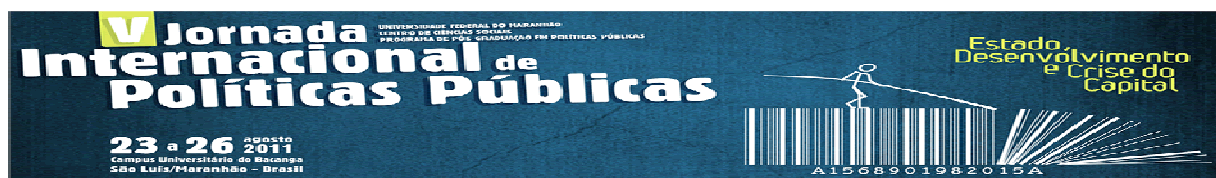
formulações teóricas, entre tantas outras que alimentaram e estimularam o debate crítico nos meios acadêmicos e populares.

O neoliberalismo como projeto econômico de *saída da crise* em nível mundial é portador de uma dimensão *político-ideológica*, organizadora de uma cultura (GRAMSCI, 2001, p.237)<sup>11</sup> *fragmentada e fragmentária* das relações sociais, sustentada pela reestruturação das relações de produção e de trabalho, fundadas na flexibilização e na cultura da pós-modernidade (Harvey, 1992) que abarca toda a vida social dos homens, em uma perspectiva de “globalização”. Como vários estudiosos já destacaram, o neoliberalismo é uma construção resultante de um processo longo (ANDERSON, 1995, p.9) no qual foi articulada uma reação conservadora (CUEVAS, 1987, p.19) à “existência e os apelos de um padrão de civilização alternativo” (FERNANDES, Florestan, 1978, p.251) colocado concretamente após a revolução Russa de 1917, com o advento do chamado “socialismo real”; uma experiência que, embora não pudesse “interferir nos dinamismos da expansão das economias capitalistas centrais ou de sua irradiação para a periferia, contribuiu para criar um elemento de tensão (FLORESTAN, 1978, p.251). O neoliberalismo resultou, assim, do mesmo movimento que contribuiu para a desarticulação e derrocada da experiência de socialismo, em sua perspectiva totalizadora, bem como da experiência da Social Democracia, com seu Estado de Bem-Estar, mediante uma articulação das forças conservadoras e reacionárias no mundo. Significou um profundo retrocesso para a humanidade, mas não se consolidou como “a vitória do capitalismo” que animou os seus ideólogos e adeptos (LOPES, 1993, 102); a crise de 2008, ainda em curso, confirma sua derrota.

Nos países do capitalismo periférico e dependente, como na América Latina, onde o neoliberalismo foi implementado em momentos diferentes (entre 1978, a partir do Chile sob Pinochet, até 1990, no Brasil, sob Collor de Melo, mas consolidado com Fernando Henrique Cardoso, em dois mandatos de governo de 1995 a 2002), *as condições de superexploração da força de trabalho sob a flexibilidade trabalho*, foram ainda mais exacerbadas com a desestruturação e desarticulação dos nascentes parques industriais, o aumento da precarização, da terceirização, da informalidade e a perda de direitos mínimos conquistados nas lutas históricas dos trabalhadores.

## 2.2 – A ética no capitalismo: a coisificação do homem

<sup>11</sup> Entendo que todo esforço de análise desse momento histórico deve passar uma releitura de Americanismo e Fordismo, o Caderno Nº 22 dos cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci.



Marx em sua crítica da economia política, segundo Manfredo Oliveira (1993, p. 28)

“vai situar o ético na esfera da história e sua análise tematiza, em primeiro lugar, a negação estrutural do ético na sociedade capitalista: o mundo da produção capitalista caracteriza-se como processo em que o sujeito é o capital e o homem reduz-se a elemento indispensável a esse processo, à medida que o capital se valoriza pela mediação de seu trabalho. Assim a sociabilidade que aqui se gesta é estruturalmente invertida: emerge como processo autônomo e auto-reflexivo de coisificação do homem.

Este é o cerne da questão da ética no desenvolvimento das sociedades capitalistas: a coisificação do homem; incompatível com a perspectiva histórica em torno da ética que, segundo Manfredo Oliveira, desde os gregos, “significa o esforço do ser humano por atingir a sua humanidade” (2008). Mas como atingir a humanidade em uma formação social, cuja maioria dos homens é oprimida em uma relação de desigualdade e exploração na qual a minoria que detém os meios de produção se apropria da maior parte da riqueza coletivamente produzida? Essa maioria forma uma imensa massa de trabalhadores que vende a força de trabalho.

Conforme Marx (1989:89) nessa formação social “o trabalho é representado pelo valor do produto do trabalho e a duração do tempo de trabalho pela magnitude desse valor”; assim, “o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção”; daí porque em seu desenvolvimento essas duas fórmulas “são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo”. No Prefácio da Primeira Edição<sup>12</sup> do seu “O Capital. Crítica da Economia Política” diz ele:

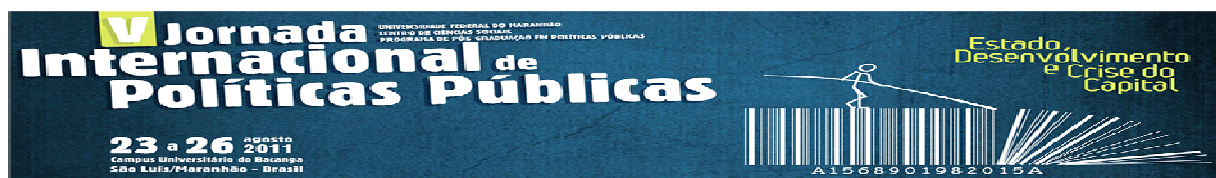
Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que subjetivamente, se julgue acima delas. (MARX, 1989, p. 6)

Já nos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844, portanto, mais de vinte anos antes da publicação da Crítica da Economia Política, Marx demonstra que

o objeto que o trabalho produz, o produto do trabalho, se contrapõe a si próprio como *um ser estranho*, como *uma potência independente* daquelas que o produz. O produto do trabalho é o trabalho que foi fixado em um objeto, tornou-se uma coisa, é a *objetivação* do

<sup>12</sup> A Primeira Edição do Livro 1, Volume 1 de “O Capital. Crítica da Economia Política” tem o Prefácio da Primeira Edição assinado por Marx em 1867





trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Esta realização do trabalho aparece na fase da economia privada como uma *anulação* do trabalhador, a objetivação aparece como *perda e servidão* do objeto, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação* (MARX, 1968, p. 31)<sup>13</sup>

### 3 – A ÉTICA E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE ALTERNATIVA: do reino da necessidade ao reino da liberdade - a vida cheia de sentido

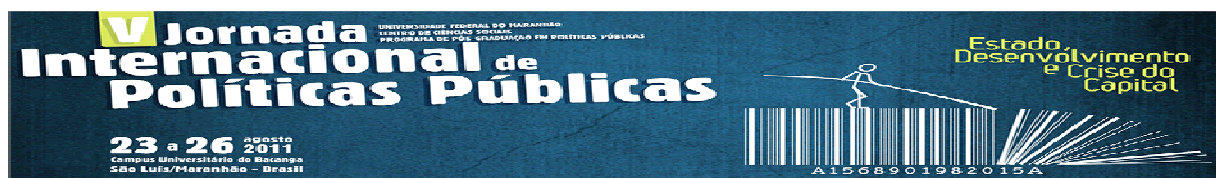
Conforme dito antes, para o capital o homem é tratado como coisa, como mercadoria e a ele se impõe pelo “reino das necessidades”, fazendo uso da exploração sua força de trabalho; e nos países periféricos dependentes a exploração da força de trabalho é superexploração, como mostrado acima em Marini; historicamente faz uso de todos os meios de dominação. Nessas condições o desafio histórico-político e ético da humanidade é a construção do “reino da liberdade”, só possível em uma sociabilidade alternativa emancipadora, na qual o ser social seja livre de qualquer tipo de exploração e dominação.

Desse ponto de vista há de se considerar o debate contemporâneo que inclui as relações de gênero, etnia e raça, sabendo-se que para Marx (1989:88) o fundamento primeiro consiste na transformação radical pelo qual

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser resultado de um longo processo de desenvolvimento.

Tratar-se-á, portanto, da solução da questão social na construção do *reino da liberdade* e uma “*vida cheia de sentido*” (MARX, apud ANTUNES, 1999, p. 173) em um movimento que supera o *reino da necessidade*. E nessa perspectiva reponho aqui uma reflexão que já indiquei em outros trabalhos, particularmente em “Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI: formas de enfrentamento e perspectiva de solução da questão social na atual fase do capitalismo” (2008) de que não há solução para a questão social no contexto do capitalismo; o que há são mecanismos e formas de seu enfrentamento, através de políticas que colocam o Estado no centro da luta de classes, respondendo, fundamentalmente, aos interesses das classes dominantes, ainda que,

<sup>13</sup> A tradução dessa parte do texto é minha, a partir do texto em Italiano, traduzido do original por Norberto Bobbio. Os grifos em itálico estão no texto.



contraditoriamente, procurando responder demandas das classes subalternas, conforme demonstrado em uma vasta literatura sobre o Estado e suas contradições<sup>14</sup>.

Como destaquei no mesmo trabalho acima referido, a realidade mostra que o movimento de administração da crise do capital, no final do século XX, com a reestruturação das relações de produção e do trabalho, operou significativas transformações capitalistas. Essas transformações metamorfosearam a questão social, a partir de uma reconfiguração das classes sociais fundamentais e seus segmentos. Mas atingiu mais profundamente a classe trabalhadora (ANTUNES, 2006) em seu projeto histórico de classe para si, uma condição essencial no processo de emancipação dessa classe e da humanidade em uma sociabilidade alternativa ao capitalismo. Entendo, assim, que se trata da solidificação de um movimento forte na estrutura das sociedades, acompanhado de uma profunda transformação na superestrutura e emoldurado pelo chamado movimento de “contra-cultura”<sup>15</sup> que logrou infringir uma importante derrota à luta dos trabalhadores e ao movimento de construção de uma formação social alternativa ao capitalismo. Neste sentido a cada momento do desenvolvimento do capitalismo, sempre em crise, se impõe o dilema, expresso por Rosa Luxemburgo que a humanidade tem de enfrentar: “*socialismo ou barbárie*” (MÉSZÁROS, 2003, p.107). É o desafio da ética!

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

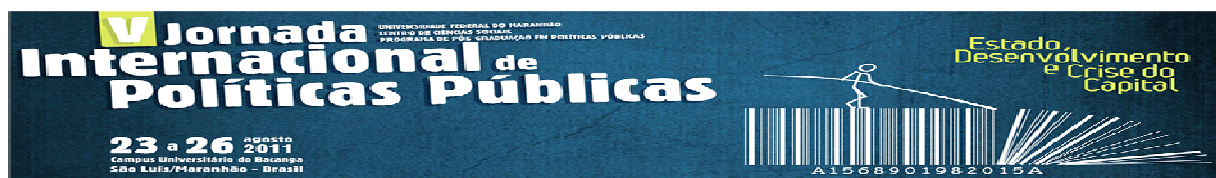
Os apontamentos indicados neste trabalho oferecem algumas importantes pistas para um estudo crítico da relação ética e desenvolvimento das sociedades capitalistas, com ênfase nas situações de crise do capital na particularidade das sociedades de capitalismo dependente como na América Latina nas quais, no momento atual de flexibilização das relações de produção e de trabalho, sob o neoliberalismo, a superexploração da força de trabalho avançou para uma maior exacerbação: seja em nível interno de cada país, seja na relação dos países de capitalismo central com as sociedades de capitalismo periférico e dependente.

Estas pistas, no entanto, impõem uma exigência de aprofundamento dos estudos e verticalização da análise de cada eixo temático, articulando organicamente à análise das

<sup>14</sup> Nesta direção de análise situa-se o pensamento de Gramsci (2000) sobre o Estado e, particularmente, os intérpretes deste pensador, dos quais Buci-Glucksmann (1980) é um dos mais importantes.

<sup>15</sup> Para alguns estudiosos esse movimento tem no “maio francês de 1968” e no Festival de Woodstock realizado em 1969, seus dois maiores marcos, expressando uma tendência das lutas sociais que buscavam se diferenciar dos movimentos revolucionários com centralidade no proletariado fortalecidos com a vitória da Revolução Russa de 1917. Para uma análise dessa tendência ver, por exemplo, A sociedade do Espetáculo de Ruy Debord (2007)

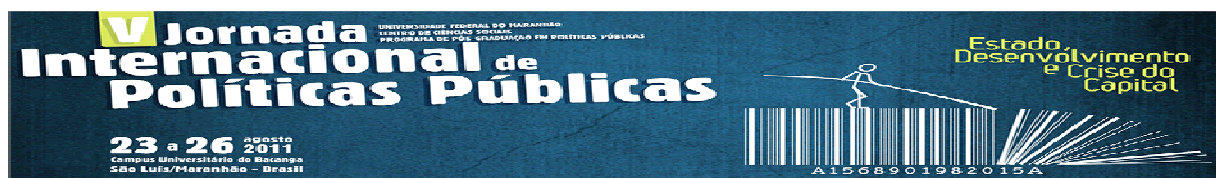




*“implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia”*, objeto de análise específica de três outros participantes da mesa coordenada “Ética e desenvolvimento no contexto da crise do capital: implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia”. Em processo, significará apreender os esforços de estudo e análise crítica já acumulado pelo Serviço Social nesses países, tendo-se já que, da parte do Brasil, há um amplo acúmulo de estudos acadêmicos, nos quais se destaca a produção de Lúcia Barroco (2008); e também de profundas transformações na concepção de Ética e da Ética Profissional dos Assistentes Sociais, produto de uma construção coletiva dos profissionais sob a coordenação das entidades de organização acadêmica e política: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 1999.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos**. São Paulo, Cortez Editora, 2008
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento**. Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- CUEVAS, Agustin. A guinada Conservadora. In \_\_\_\_\_.(org.) **Tempos Conservadores**. São Paulo, Editora UCITEC, 1989
- CERRONI, Umberto In **Vocabulário Gramsciano** [www.socialismo.org.br](http://www.socialismo.org.br) (acesso em 15/06/2011)
- DEBORD, Ruy. **A sociedade do Espetáculo**. São Paulo, Contraponto, 2007
- FIORI, José Luis. A esquerda e o desenvolvimentismo. **Agência Carta Maior** [www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br) acesso em 15/08/2008
- Florestan Fernandes. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973
- \_\_\_\_\_. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar Editores 1981



- \_\_\_\_\_. **A revolução Burguesa no Brasil.** Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1978
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. (Volume 3) Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. (Volume 4) Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001
- GALEANO, Eduardo. **AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976
- GOMES, José. FASE NEOLIBERAL: Resultados e perspectivas. In **Revista Tempos Históricos.** ISSN: 1517-4689 (versão impressa) – 1983-1463 (versão eletrônica). São Paulo, USP, 2009.
- HINKELAMMERT, Franz J. Frente a la cultura de la post-modernidad: proyecto político y utopía. **GPC. Pensamiento Crítico.** [www.pensamientocritico.info](http://www.pensamientocritico.info) (acesso em 15/06/2011)
- LÖWY, Michel. **Marxismo e Teologia da Libertação.** São Paulo, Cortez Editora/Editores Autores Associados, 1991
- LOPES, Josefa Batista Lopes. O SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA. Nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. Tese de Doutorado defendida no **Programa de Pós-Graduação em Serviço da PUCSP.** São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. AS LUTAS SOCIAIS OPERÁRIAS E POPULARES NO BRASIL: A eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo. CD-ROOM da II Jornada Internacional de Políticas Públicas, realizada pelo **Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA** no período de 23 a 26 de agosto de 2005
- \_\_\_\_\_. QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI: formas de enfrentamento e perspectiva de solução da questão social na atual fase do capitalismo. CD-ROOM da 19ª Conferência Mundial de Assistentes Sociais. **IFSW (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais - FITS)/CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)**, Salvador, 2008.
- \_\_\_\_\_. Pós-modernidade: superação da modernidade ou reação conservadora?. In **Serviço Social e Sociedade**, N. 42, p.78-104, Cortez Editora, 1993
- LOPES, Josefa Batista, ABREU, Marina Maciel e ALCÂNTARA, Marli. AS CLASSES POPULARES NA PERIFERIA DO CAPITAL MUNDIAL: entre a necessidade de organização da luta pela emancipação e a necessidade de políticas assistenciais. Resumo. **INTERNATIONAL**



**ASSOCIATION OF SCHOOLS OF SOCIAL WORK 34th Global Social Work. Congress**  
(IASSW 2008 Congress), África do Sul, 2008

MARX, Karl. **O CAPITAL. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital.** Volume 1. Rio de Janeiro, EDITORA BERTRAN BRASIL S.A, 13ª Edição, 1989.

\_\_\_\_\_. **MANOSCRITTI ECONOMICO-FILOSÓFICI DEL 1844.** Tradução de Norberto Bobbio, Torino, Giuliano Einaudi editore, 1968

MANDEL, Ernest. **A crise do Capital. Os fatos e sua interpretação.** São Paulo:Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990

MARINI, Ruy. **Dialética da Dependência.** Petrópolis, RJ/Vozes; Buenos Aires/CLACSO, 2000

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Ética e Sociabilidade.** São Paulo, Edições Loyola, 1993

\_\_\_\_\_. **Ética, Política Desenvolvimento.** In Revista **Ética, Política e Desenvolvimento.** Ciclo de Debates sobre Conjuntura, 2ª edição, Sindicato dos Bancários (Secretaria de Formação) do Ceará, Fortaleza, 2008



## ÉTICA E PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA NO BRASIL: uma construção histórica

Cristiana Costa Lima<sup>16</sup>

### RESUMO

Discute-se os fundamentos éticos e políticos que dão sustentação ao Serviço Social ao longo do seu processo histórico, com destaque para os fundamentos neotomistas implementados pelos primeiros códigos de ética do Serviço Social. Analisa-se ainda, o avanço teórico, metodológico e político da categoria que levou a construção de um projeto profissional emancipador para a categoria, inclusive em seus aspectos legais com a aprovação do novo Código de Ética da Profissão e da Lei de Regulamentação da Profissão.

**Palavras Chave:** Ética, Serviço Social, Projeto Emancipatório.

### ABSTRACT

It discusses the ethical and political foundation that support the Social Work along its historical process, especially the neo-Thomist foundations implemented by the first codes of ethics of Social Work. It also examines the progress of the theoretical, methodological and political of the category that led to the construction of an emancipator project for the professional category, including their legal aspects with the approval of the new Code of Ethics of the Profession and the Law to regulate the profession.

**Keywords:** Ethics, Social Work, Emancipatory Project.

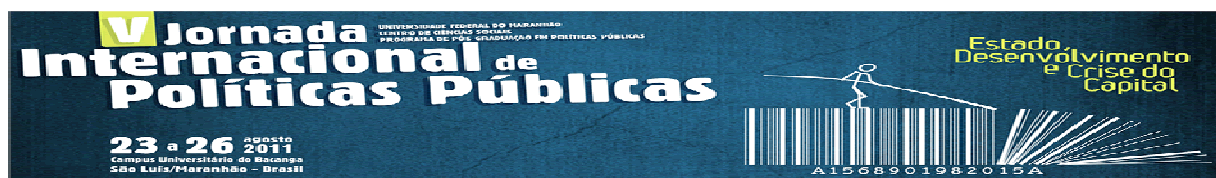
## 1 Introdução

O debate da Ética e projeto profissional do Serviço Social na perspectiva emancipatória no Brasil, destaca-se no contexto mais amplo de discussão das novas perspectivas de intervenção e formação profissional propostas pelo conjunto da categoria do Serviço Social, a partir de 1970, com a chamada “Virada do Serviço Social”.

Essa nova proposta de intervenção e formação profissional é balizada por um conjunto de conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais que se traduzem em um conjunto de conhecimento que se articula em 03 núcleos de fundamentação da formação profissional: Núcleo de Fundamentação da Vida Social, Núcleo de Fundamentação da Formação Sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de Fundamentação do

---

<sup>16</sup> Mestre. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). costalima.cristiana@gmail.com



Trabalho. Portanto, esses núcleos não são subseqüentes, nem autônomos, mas expressam níveis de apreensão da realidade, subsidiando a intervenção do Serviço Social.

Essa lógica inovadora do processo ensino-aprendizagem tem como ponto central a construção de um espaço de pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABESS, 1996).

Nesse contexto, a discussão da ética a partir do novo currículo torna-se central à medida que deixa de ser uma disciplina isolada para tornar-se um tema transversal em todo o processo de formação profissional. Muitas das vezes a ética era vista como valores abstratos, desvinculados das decisões e vivências concretas dos sujeitos. A partir do processo de amadurecimento teórico-metodológico da categoria, o novo currículo delineado desde 1982, e que ganha densidade em 1996, tem buscado cada vez mais aprofundar o debate acerca dos fundamentos éticos da profissão tendo em vista o fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

Tendo por base essa compreensão mais ampla de formação profissional, é que trataremos do tema da ética e o exercício profissional, buscando apresentar quais os fundamentos sócio-históricos e teórico-filosóficos que dão sustentação aos diferentes projetos éticos-políticos implementados pelo Serviço Social ao longo do seu processo histórico até os dias de hoje com a construção coletiva de um projeto ético político emancipador.

## **2 – Ética e o Serviço Social**

Para relacionar Ética e Serviço Social, é necessário pensarmos as mediações ético-morais do processo de reprodução do Serviço Social em cada período do seu desenvolvimento histórico na sociedade. Assim, destaca-se o tratamento moral dado à “questão social” ao longo do processo de surgimento e institucionalização do Serviço Social no Brasil, tendo em vista os interesses de legitimação do Estado burguês e a presença de projetos sociais conservadores, dentre eles, o da Igreja Católica.



É preciso situar o surgimento do Serviço Social no marco do capitalismo monopolista. Essa fase do capitalismo é marcada pela agudização das contradições da ordem burguesa a partir da acentuação da alienação, da exploração dos trabalhadores, do aumento dos lucros capitalistas e do exército industrial de reserva. O capitalismo monopolista leva ao ápice a sua contradição elementar, qual seja: a socialização da produção e sua apropriação privada. Como destaca José Paulo Neto (1992), o capitalismo monopolista altera significativamente a dinâmica da sociedade burguesa.

O Serviço Social tem sua origem sob o âmbito da estratégia de controle social do capital, sendo criado como um instrumento para o enfrentamento da questão social, com a mediação do Estado e da Igreja para atenuar o conflito capital e trabalho. Controle social é aqui entendido a partir das concepções de Mészáros (1987) para o qual o controle social é uma necessidade e um fato em qualquer forma de organização social e de produção.

Com a implantação da experiência do socialismo, em 1917, a Igreja sentia a necessidade de mudar a sua forma de relação com as massas. À medida que o confronto capital x trabalho vai se acirrando, a Igreja cria estratégias mais ofensivas diante da possibilidade concreta da construção de uma alternativa socialista.

A criação da Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da Igreja Católica mundial. A Igreja está na defensiva, perdeu a autonomia de iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas sim uma força subalterna. Assim, a Igreja se desdobrará no trabalho de recristianização da sociedade onde contará com a Ação Católica, um movimento leigo que se tornará o responsável por esse processo.

A criação das primeiras escolas de Serviço Social na América Latina, conforme Castro (1984), insere-se no contexto dos interesses da Igreja católica para recuperar o seu papel de condutora moral da sociedade. Ainda segundo o mesmo autor, ao analisar a criação da Escola Elvira Matte de Cruchaga, no Chile, em 1929, a Igreja renovava seus intelectuais e os dotava de instrumentos de intervenção. A Igreja via-se obrigada a situar-se no interior da questão social emergente com a modernização conservadora. Aqui está dado o novo caráter da assistência social. Tratava-se não mais de atender às vítimas das





pestes, mas voltar os olhos para aqueles que suportavam as conseqüências de uma ordem que mercantiliza a força de trabalho, redefine a família, o urbano, incorpora mulher e criança a longas jornadas de trabalho, gera novas doenças.

Estava colocado o objetivo principal da Escola de Serviço Social: exercer o papel de promotora internacional do Serviço Social católico. Nesse contexto, as encíclicas papais “Rerum Novarum”, “Quadregéssimo Anno” e “Mater et Magistra”, tiveram um papel central, pois nela estão traçadas as diretrizes e orientações sobre a questão social e serão elas que influenciarão teórica e praticamente a formação profissional do assistente social em toda a América Latina naquilo que Castro(1984) designou de estratégia de continentalização da Igreja Católica na criação das escolas de Serviço Social.

Nesse contexto, a questão social é naturalizada e encarada como problema de ordem moral, resultante de desvios de conduta, produto da ignorância individual e do afastamento do homem de Deus. Os problemas sociais são fruto dos desajustes morais.

No Brasil, é ao longo dos anos 1920 que a Igreja revigora sua ação para responder aos efeitos de uma crescente perda de hegemonia na sociedade civil e perante o Estado, promovendo um vasto movimento de cariz espiritual que procura lançar profundas raízes na política e na economia. Iamamoto (1982) destaca o papel do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, criado em 1932, em São Paulo, que, assim como a Ação Católica, também tinha como objetivo divulgar a doutrina da Igreja e intensificar o trabalho dos leigos em conformidade com os postulados colocados nos documentos papais. Esta entidade foi responsável pela criação da primeira escola de Serviço Social no país, em São Paulo, em 1936, e se destinava a formar um quadro de pessoal especializado no trato da questão social de acordo com os princípios da doutrina e da moral católica.

A formação dos profissionais de Serviço Social até metade da década de 1940 é fortemente marcada pela influência conservadora das escolas européias, qual seja: uma formação moral, baseada nos princípios da doutrina tomista e neotomista de cunho humanista cristão. Como grande organizador da doutrina cristã, São Tomás de Aquino colocou a caridade como pilar de fé e imperativo da justiça social. Seu pensamento busca





uma explicação à luz da moral católica para o enfrentamento dos problemas sociais, individualizando e culpabilizando os sujeitos por sua situação de carência. A questão social é desistoricizada e desfigurada de seus componentes econômicos e políticos.

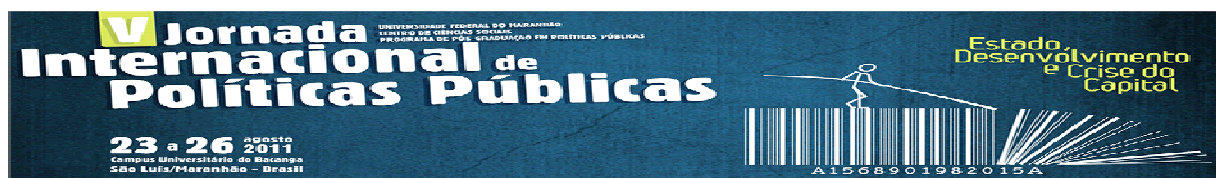
O tratamento moral que é dado à questão social tem um significado particular se pensarmos no que ele expressa em termos de luta de classes. Nesse contexto, o projeto “ético político” desse período pauta-se na garantia da reprodução de um sistema moral que assegure a “ordem”, ou seja, que identifique as lutas políticas como indícios de uma desordem que deve ser combatida.

Sob tais condições, institui-se um dado ethos profissional que se desdobra nas várias dimensões que compõe a ética profissional do Serviço Social. A ação profissional tem como objetivo eliminar os desajustes sociais através de uma ação moralizadora e psicologizante; os “problemas sociais” são concebidos como um conjunto de disfunções.

Diante disso, os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética, no Brasil, de 1948 a 1975. Com base nesses pressupostos, a ética profissional é concebida como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal. Atua de forma prescritiva baseado na dicotomia entre o bem e o mal traduzindo os dogmas cristãos e a moral conservadora.

É importante demarcar que o primeiro Código de Ética brasileiro data de 1948 e foi criado pela ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais. Em 1962, a profissão é regulamentada, momento da criação do CFAS/CRAS – Conselho Federal de Assistência Social. Com a reformulação do Código de Ética, em 1965, e sua aprovação pelo CFAS, ele passa a ter caráter legal; sofre alterações em 1975, permanecendo com a mesma orientação filosófica e metodológica. É somente em 1986 que rompe com a visão tradicional, adotando-se um referencial de bases marxistas, conforme destaca Barroco (2008)

O Serviço Social na América Latina começa questionar as suas bases de legitimação. Começa então a ser gestado o Movimento de Reconceituação do Serviço Social que se configura através da crítica e da ação de setores expressivos dos profissionais que encontraram nos movimentos progressistas e revolucionários da década



de 1950 e 1960 condições de propor e avançar na construção de um projeto profissional alternativo de Serviço Social, como destaca Lopes (1998).

A vitória da Revolução Cubana, em 1959, exerce essa profunda influência nos movimentos e nas lutas sociais no continente. Ao mesmo tempo, através da Igreja católica, forma-se no período o movimento por uma Teologia da Libertação, cujos objetivos e fundamentos voltam-se no sentido de construção de uma Igreja popular à serviço dos pobres, estabelecendo uma relação entre cristianismo e marxismo. Movimento esse que exerceu também uma grande influência nos movimentos de esquerda em toda a América Latina.

É nesse período também que há um avanço considerável nas Ciências Sociais de modo geral e particularmente nas Ciências Humanas e Sociais. Há uma aproximação do Serviço Social com o marxismo.

Conforme destaca Lopes (1998), já no início da década de 1960, em todo o continente latino-americano, já tinha iniciado uma discussão e problematização em vários países do continente, inserida num movimento mais amplo de crítica aos postulados das ciências sociais e em apoio às lutas sociais.

A década de 1960 é também um momento de explicitação de conflitos éticos, que ocorrem em situações de questionamento de valores morais, no âmbito da vida cotidiana. Os ecos de 1968 na Europa também se fizeram sentir em todo o continente latino-americano possibilitando a formação de um caldo cultural propício ao Serviço Social questionar as práticas conservadoras de atuação profissional frente à questão social. Ou seja, há aqui um deslocamento do objeto da ação interventiva do assistente social do âmbito das disfunções individuais para as questões de base estruturais da sociedade, orientado a partir do marxismo. Contudo, no Serviço Social, esse questionamento à moral tradicional não se faz visível em termos coletivos.

Embora se tenha o questionamento do ethos tradicional, isso não se traduz nos Códigos de Ética, que mantêm a perspectiva conservadora. O Código de 1965 e 1975 mantêm sua fundamentação tomista de perspectiva humanista cristã, bem como a perspectiva acrítica e despolitizante face às relações sociais que dão suporte à prática



profissional. Sua oposição à liberdade e defesa da ordem moral é reafirmada enfaticamente, tendo em vista seus objetivos: consolidar um conjunto de atitudes, hábitos e comportamentos propiciadores da formação de ethos social condizente com o papel profissional do assistente social.

O encontro do Serviço Social com a teoria marxista, acrescido da efervescência das lutas sociais desenvolvidas no Brasil e no mundo vai dar novas direções para o Serviço Social. Há nesse sentido uma vinculação da profissão com as classes subalternas. Essa reorientação parte de uma autocrítica da profissão frente às demandas sociais e às condições político-institucionais da prática profissional, no III Encontro Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1970. O Congresso da Virada foi o marco na perspectiva de reconstrução da sociedade na perspectiva crítica. Assinala também o posicionamento ético-político que passa a se configurar como marco decisivo no compromisso político da categoria com os setores populares.

O Serviço Social chega, a partir do final da década de 1980, mais maduro em termos de construção de um projeto profissional apontado para o compromisso com as classes dominadas. Essa sua maturidade é esboçada através de um arcabouço legal que expressa esse crescimento da profissão, vale destacar: o currículo mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986.

Em termos políticos profissionais há também um amadurecimento da profissão que se evidencia na organização sindical nacional dos assistentes sociais, a articulação dos estudantes com a criação da SESSUNE (sub-secretaria dos estudantes de Serviço Social na UNE), hoje ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), ABESS, hoje ABEPSS, e o conjunto CFESS-CRESS.

Conforme destaca Barroco (2008), o Código de 1986 significou um avanço, pois rompeu com a perspectiva tradicional do Serviço Social, explicitando seu compromisso com a classe trabalhadora. Contudo, ele ainda apresenta uma concepção ética mecanicista ao não fazer as devidas mediações entre a moral e a produção econômica e dos interesses das classes. Ao perder de vista as mediações da ética, ao se comprometer



com uma classe e não com valores, afirma que a classe é, a priori, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação.

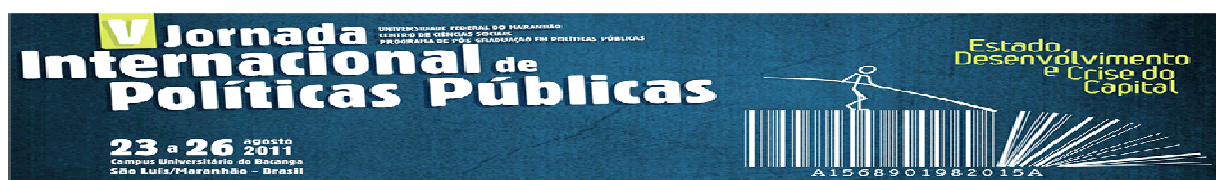
Com isso, Barroco (2008) conclui que o avanço em termos políticos não significou um avanço em termo de aprofundamento teórico que contribuísse para a compreensão de seus fundamentos. Tais fragilidades são superadas no Código de 1993, momento em que há um avanço teórico em termos de significado da ética. Sua fundamentação é buscada na ontologia social marxiana para a qual os valores são determinações da prática social, resultante da atividade criadora tipificada no processo de trabalho.

Ao indicar a centralidade do trabalho na (re)produção da vida social, o Código revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do humano genérico. A partir dessas capacidades são objetivados os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade, justiça social, cidadania.

O Código de 1993 explicita a dimensão ético-política da profissão, ao mesmo tempo em que assinala a direção sócio-histórica de construção do ideário socialista. Há, portanto, no Código de 1993, uma projeção de sociedade, aquela que propicia aos trabalhadores o pleno desenvolvimento para a intervenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação.

O Código trata ainda da dimensão prático-operativa, tendo por eixo a defesa e a universalização dos direitos sociais e de mecanismos democráticos de regulação social. O Código traz ainda a competência ético-política profissional; a recusa a toda forma de preconceito; o respeito à diversidade; aborda questões fundamentais para a superação do moralismo; propugna a defesa do pluralismo.

Tendo por base o que foi exposto, compreende-se então que a ação humana é teleológica. O que implica sempre em projeto, entendido como uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar e, por conseguinte, em escolhas de valores para realizá-lo, conforme destaca Neto (1999).



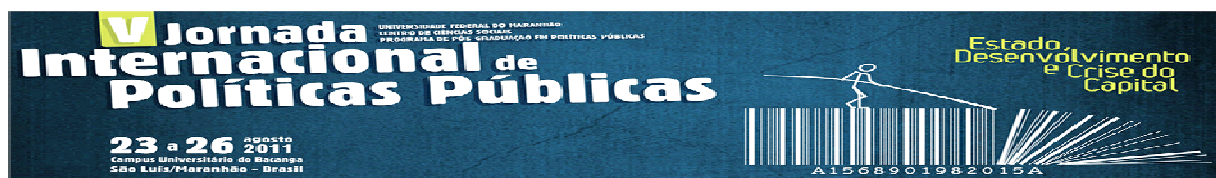
Existem, pois, os projetos societários e os projetos profissionais. Todos eles possuem uma dimensão política. Logo, o projeto profissional é um projeto político profissional que, por sua vez, conecta-se a um projeto societário. Eles podem ser conservadores ou transformadores.

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro hoje está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela dimensão política da intervenção profissional que, inserida no movimento contraditório das classes, imprime uma direção social a sua ação que pode favorecer um ou outro projeto societário.

Assim, a partir da década de 1980, o Serviço Social imprime uma direção social que o vincula ao projeto de emancipação da classe trabalhadora, com base no materialismo histórico, e que materializa o projeto ético-político dessa profissão pela dimensão organizativa da categoria, pela sua dimensão jurídico-política, pela produção do conhecimento. A ruptura com o conservadorismo não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras, no entanto, o projeto atual vincula-se a um projeto societário que é antagonico ao das classes exploradoras e proprietárias, como destaca Braz (2007). Contudo, ter um projeto profissional hegemônico não elimina as propostas de outros projetos e não significa dizer que seja o único no campo profissional. Nesse sentido, a manutenção de um projeto profissional de emancipação humana requer uma luta constante embasada em princípios éticos políticos pautados nos valores da liberdade e de superação da ordem burguesa.

## **Considerações finais**

A partir especialmente de 1995, representantes do grande capital passaram a ocupar mais diretamente as instâncias de decisão política, as práticas político-econômicas inspiradas no neoliberalismo e disseminar sua cultura na sociedade, juntamente com a liquidação dos direitos, privatização do Estado, sucateamento dos serviços públicos numa cruzada anti-democrática do grande capital.



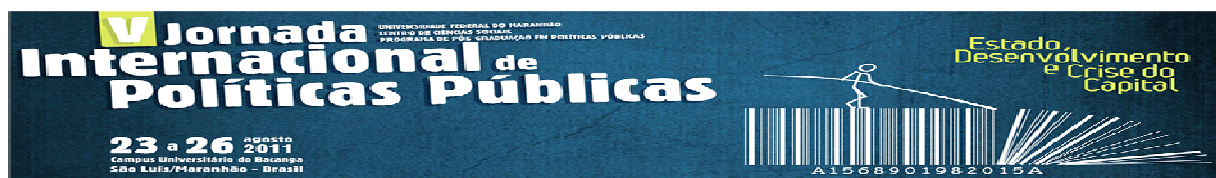
A incidência dessa conjuntura neoliberal atinge negativamente o projeto ético-político, inclusive nos requisitos teóricos, práticos e institucionais e até da formação profissional com a proliferação dos cursos privados, cursos à distância.

Mas a história nos diz que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro, justamente porque aponta para a defesa da classe trabalhadora e para o combate ético, teórico, ideológico, político e prático-social ao neoliberalismo. E por isso mesmo, enquanto perdurar a sociedade capitalista, esta posta necessidade de construção de alternativa de sociedade e práticas profissionais comprometidas com a emancipação humana.

### Referências

- BARROCO, Maria Lúcia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez. Biblioteca básica de Serviço Social; v. 4. 2008
- BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. Revista Inscrita. Ano VII, n. X. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2007
- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo, Cortez, 1984.
- LOPES, Josefa Batista Lopes. *O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade*. São Paulo, PUC, 1998. Tese de Doutorado.
- NETO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A construção do projeto ético-político contemporâneo*. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I, Brasília: Cead/ABEPSS/CFESS. 1999.
- MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo, Ensaio, 1987.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez/Celats, 1982)





## FENOMENOLOGÍA DE LOS MOTIVOS EN LA COMPRESIÓN ÉTICA DEL TRABAJADOR SOCIAL

Ramiro Rodriguez<sup>17</sup>

### RESUMEN

Este trabajo, se propone indagar desde una fenomenología de los motivos, la actuación del trabajador social, cuando se le presentan dilemas que debe resolver en un sentido o en otro. Con este objeto se retoman los análisis de Leibniz sobre la voluntad humana, al igual que la distinción propuesta por la sociología de Schütz, entre motivos *para* y motivos *porque*, en el contexto de realidad de la vida cotidiana, aspectos que hacen posible una comprensión ética de la conducta que asumen los trabajadores sociales, en los diferentes espacios de su quehacer profesional.

**Palabras claves:** acción, acto, voluntad, motivos para, motivos porque

### ABSTRACT

This work intends to investigate from a phenomenology of the reasons, the performance of the social worker, when faces it dilemmas that must be resolved in one direction or another. In this order to retake analyses of Leibniz on the human will, like the distinction proposed by the sociology of Schütz, reasons for and reasons why, in the context of reality of everyday life, aspects that make possible an ethical understanding of behavior that assume the social workers in the different spaces of his professional work.

**Keywords:** action, Act, will, reasons for reasons because

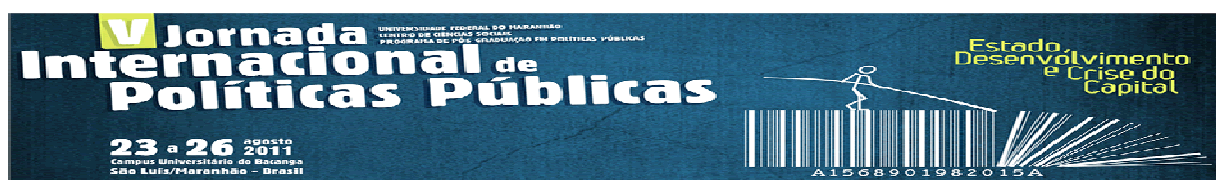
### INTRODUCCIÓN

Toda acción del trabajador social, que tenga como fin insertarse en la realidad, está condicionada por unos motivos *para* y unos motivos *porque*, según la distinción establecida por la sociología fenomenológica de Alfred Schütz. Estos motivos obran como auténticos resortes que impulsan la conducta del trabajador social, particularmente cuando se le presentan diversos dilemas que debe resolver en un sentido o en otro.

---

<sup>17</sup> Sociólogo. Magister en Filosofía. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá. Colombia. ramirodriguez@gmail.com





Estos motivos, se constituye en el fundamento de una reflexión ética, tanto por parte del trabajador social, como de los demás actores que gravitan en torno a los efectos de la acción.

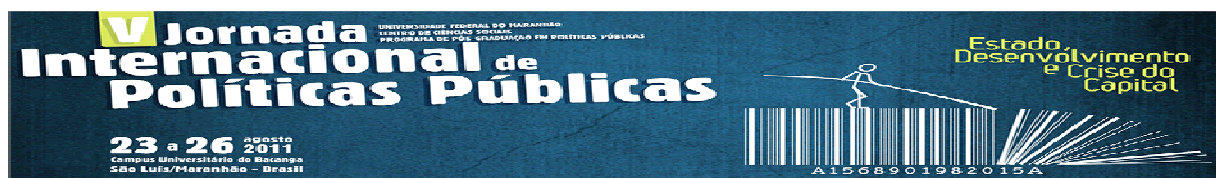
En este sentido, se aportan para el análisis ético de la actuación profesional, los estudios de G.W. Leibniz, sobre la voluntad, expresados en la Teodicea, donde se plantean los mismos problemas, pero entorno a la actuación de Dios -acusado de ser el autor del mal-, análisis que no se diferencia de la conducta humana, ya que ambas acciones están reguladas por principios racionales.

Estas consideraciones, propuestas desde una fenomenología de los motivos, como las expresadas por Leibniz, tienen su correlato en el mundo de la vida cotidiana, el ámbito más inmediato de acción del trabajador social, mundo que se origina en los pensamientos y acciones de los sujetos, y sustentado como real por estos, y que funcionan como prerrequisitos para una comprensión de la ética en el Trabajo Social.

## 2. FENOMENOLOGIA Y COMPRENSIÓN ETICA

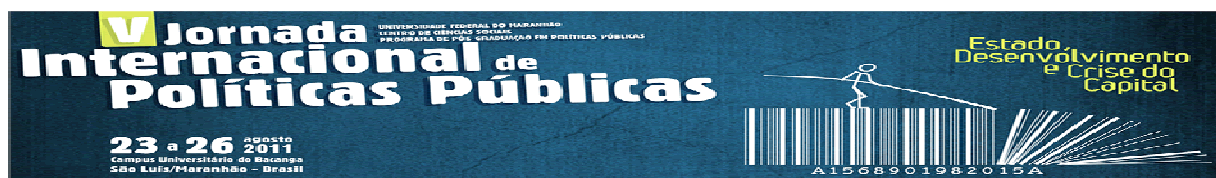
Las consideraciones sociológicas que siguen a continuación, no toman en cuenta las formulaciones teóricas, ni los debates actuales, en torno a la manera como el Trabajo Social discute el tema de lo ético, ni tampoco pretende tomar posición, desde otras posturas epistemológicas, sobre el carácter acientífico de las proposiciones de la ética, como lo plantea, desde algún lugar el positivismo lógico. El propósito es menos teórico, pero más real, lo que sitúa el problema en los sujetos inmersos en la realidad de la vida cotidiana, el mundo que “se origina en sus pensamientos y acciones, y que está sustentado como real por estos” (Berger,35:2005). Estos pensamientos y tipificaciones de sentido común, así como sus acciones ejecutivas, tienen de telón de fondo, unas razones que explican porque un actor en la vida cotidiana actúa de cierta manera y no de otra.

Es así que en el contexto de la vida cotidiana, se propone indagar el proceso mediante el cual el trabajador social determina su conducta futura, después de haber sopesado varios cursos de acción. En esta elección final, se hallan presentes unos motivos subjetivos y objetivos, relacionados directamente con la situación biográfica y social del trabajador social. Determinar que estos motivos son expresión de una ética, corresponde más a una mirada reflexiva del sujeto, o de un observador neutral, que la oriente en este sentido, dado que la vida cotidiana por su naturaleza vivencial, no puede ser tematizada desde un horizonte teórico o desde una construcción eidética, para que ello suceda, es necesario salir de las condiciones que impone la



misma cotidianidad. Si bien toda acción ejecutada por los sujetos, tiene un significado, este material “constituye el edificio de significados, sin el cual ninguna sociedad podrá existir” (Berger, 2005: 29), pero también es el basamento para las construcciones de pensamiento, llámese ética, filosofía, sociología, antropología. Por lo tanto, la comprensión de los motivos de una conducta, deben ser consideradas desde el punto de vista del actor, tal y como este lo vivencia en la acción y en consecuencia, no podría explicarse estas razones de su conducta, desde principios generales y abstractos, como corresponde al concepto formal de ética, pues “ toda moral entendida autónomamente es universal, altruista, empática. La moral no es sociología, ni psicología, ni política, ni derecho” (Mélích, 1997:154), lo cual quita un peso de encima- el peso de lo bueno y de lo malo, de lo correcto y de incorrecto sobre las acciones cotidianas-, ni tampoco se pretende deducir de comportamientos individuales, una ética supra personal. Por el contrario, el objetivo de describir la conducta humana, a partir de unos motivos, descubre el aspecto pre-predicativo de la vida cotidiana. Que esta perspectiva, conduzca a contemplar lo ético, que tenga que llegarse precisamente en esa dirección, y que por ejemplo la categoría subjetiva como los motivos *para*, puedan a posteriori ser considerados desde lo ético, es un aspecto del problema que hay que tener en cuenta y basta que un observador pregunte al sujeto “que sentido le atribuye a su acción” (Schütz, 1995:89), que ese observador elabore un juicio sobre esas motivos y diga que éticamente fueron buenos o malos, correctos o incorrectos, es una dimensión, que insistimos, no pertenece al ámbito estricto de la vida cotidiana, ya que como veremos más adelante, esta se funda en la inmediatez y por ende es pre- predicativa. La elaboración de juicios basados en principios éticos, requiere de un acto reflexivo de atención como lo llama Schütz (1993), algo más mediato, posterior a la corriente de la vivencia.

Por consiguiente, se parte de la siguiente cuestión: ¿cuáles son los prerrequisitos para una comprensión ética que explique los motivos presentes en la conducta del trabajador social, al momento de resolver los dilemas que se le presentan?. En primer lugar está el mundo de la vida cotidiana, donde se puede encontrar los fundamentos vivenciales que están orientados en ese sentido. Este mundo, es el horizonte espacio - temporal en que los sujetos se manifiestan de manera espontánea e irreflexiva. Es un mundo “intuitivo, pre- racional y pre-predicativo en el que estamos inmersos, en el que vivimos siempre, es el mundo rutinario, en el que nuestros actos tienen lugar maquinalmente (...) nos limitamos a vivir, no a pensar que vivimos. Es el mundo de la subjetividad y de la intersubjetividad inmediatas” (Mélích, 1997:71), pero también es un mundo, constituido por una estructura de relaciones sociales, definida principalmente, por formas de



intimidad y anonimidad, de cercanía y lejanía, donde cada región o parte es una manera de percibir y experimentar al otro. Es así, que tengo una experiencia inmediata del otro, cuando este “comparte conmigo un sector del espacio y del tiempo del mundo de la vida “ (Schütz y Luckmann,1977:78). Lo que significa que percibo al otro espacialmente, en el instante en que lo reconozco como una entidad que está presente ahí, tengo conciencia de ese individuo particular, percibo su cuerpo como campo de expresión de su conciencia más íntima y lo experimento temporalmente “cuando mi flujo de conciencia y el suyo fluyen en una verdadera simultaneidad” (Schütz y Luckmann:1977,76), de manera que puedo en cualquier instante mirar hacia esa persona y acceder a sus pensamientos en el mismo instante en que se están dando, o sea que su subjetividad me es accesible a través de una serie de síntomas, y tal como lo expresa Berger y Luckmann (2006), el otro se encuentra decididamente más próximo a mí, en comparación con otras formas remotas de relación social.

La experiencia del otro, en esta dimensión espacio – tiempo, implica el surgimiento de la relación nosotros (Schutz,1993) caracterizada por esta inmediatez espacio temporal. En este sentido todas las formas que adquiere esta relación, por ejemplo el actuar sobre el otro, las definiciones de la situaciones, las intencionalidades y orientaciones que emerjan, están influidas por el carácter de esta inmediatez.

Se sigue entonces, que estoy con el otro en una situación cara a cara, cuando este se me aparece en un presente vívido, en que nuestras subjetividades, son compartibles a través de un conjunto de singularidades del cuerpo. En este sentido, hay un continuo y mutuo intercambio de expresividades mientras dura la situación cara a cara: “...lo veo sonreír, luego reaccionar ante mi ceño fruncido dejando de sonreír, después sonreír nuevamente cuando yo sonrío, y así sucesivamente. Cada una de mis expresiones está dirigida a él, y viceversa; y esta continua reciprocidad de actos expresivos podemos utilizarla tanto él como yo simultáneamente” (Berger y Luckmann:2006,45)

Ciertamente el otro está ahí, ante mí, pero determinar sus acciones desde una valoraciones éticas, no pertenece a esa condición dual en que nos encontramos en el cara a cara, para que ello sea posible es necesario un distanciamiento, una ausencia del otro. En la situación cara a cara “el otro es alguien, es tu, entre tu y yo, no hay esquemas, no hay medios. Todavía no ha hecho aparición la moralidad, pero las corporeidades se contemplan así mismas, mutuamente, como sujetos”(Mélích,1997, 120)



En el nosotros, el otro se halla frente a mi, y encuentro que mi atención se dirige plenamente, a las expresiones de su cuerpo, a las cosas que habla, lo que deja traslucir es que esta forma de situación, mi subjetividad y la suya son simultáneas, en consecuencia estoy mucho más implicado con él, o para decirlo en términos de Schütz (1993) estoy mejor coordinado con él, de lo que podría estar conmigo mismo, ya que es evidente que no me puedo colocar cara a cara conmigo mismo; o que me haya captado a mi mismo en el acto de vivir realmente una vivencia.

Estos pre – requisitos de la vida cotidiana, nos conducen al segundo aspecto del problema, que es proponer una fenomenología de los motivos, que expliquen las razones por la cual el trabajador social, ante un dilema que se le presenta en la práctica profesional, termina inclinando su conducta en un sentido y no en otro.

En la Teodicea o la defensa de Dios acusado de ser el autor del mal, Leibniz (1954) establece una teoría de los motivos, que permiten resolver los dilemas, que el hombre se enfrenta en su vida cotidiana. Este análisis, conduce a Leibniz a centrar el problema en la voluntad, la cual define “como la inclinación a hacer alguna cosa en proporción al bien que encierra. Esta voluntad se llama antecedente cuando está separada y considera cada bien aparte en cuanto bien” ( Leibniz,1954: 23), y rechaza absolutamente todo mal. Luego esta voluntad sería decisiva finalmente, sino tuviera que enfrentar algunos problemas contrarios, que le impedirían ser efectiva. En efecto, existe una voluntad intermedia, que “efectúa combinaciones como unir un peso negativo, con un peso positivo, y si este supera al primero, la voluntad continuará tendiendo hacia esa combinación” (Schutz,1995: 103) La voluntad decisiva o consecuente, resulta del conflicto de todas las voluntades antecedentes, y es la que determina finalmente, el curso de la acción.

De ahí, que La Teodicea al tratar de explicar el comportamiento de Dios frente al dilema de elegir el bien y el mal, Leibniz responde con la tesis que Dios quería antecedentemente el bien, pero consecuentemente lo mejor, “el resultado final es la elección del mejor mundo posible, cuya perfección consiste en contener el bien, el orden y la armonía entre sus partes, pero en cuya elección, Dios estuvo inclinado a permitir el mal, como parte de esa creación” (Rodríguez,2008:33)

Este planteamiento racional, sobre la acción de Dios, no es distinta a la acción humana, ya que Dios, está sujeto a los principios y reglas propios de la razón, en otro caso, sería un Dios autárquico y este mundo no sería el mejor de los mundos posibles. Lo que interesa ver en Leibniz, es que hay una reglas y principios, que están incidiendo sobre el comportamiento, llámese divino o humano. De tal modo, la función de esos principios y reglas, es pasar de las voluntades



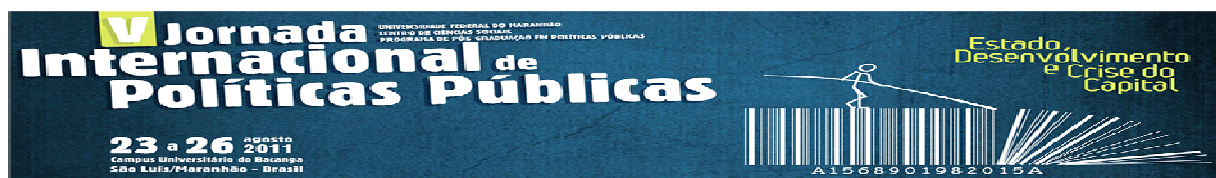
antecedentes a voluntades consecuentes y con ello salir de los dilemas, con una decisión finalmente tomada.

Desde otra perspectiva, distante en el tiempo, aunque correlativas por la proximidad de puntos de vista con Leibniz, está el tema de la acción humana motivada por un proyecto preconcebido, asumida desde diferentes posturas por la sociología actual. Abarca esta cuestión, el problema de cómo un sujeto en la vida cotidiana, da curso a su acción, después de haber considerado varios puntos de vistas o cursos posibles de acción, y resolver de esta manera el obstáculo que los dilemas le presentan.

En este sentido, la acción se puede definir como conducta humana en proceso que es ideado por el actor y que se basa en un proyecto preconcebido (Schütz: 1995), distinguiéndola del acto, que está referido "al acto ya constituido, considerado como unidad completada, un producto terminado, una objetividad" (Schütz, 1993:68). En primera instancia, toda acción es ideada, o fantaseada en la mente del actor, de cómo será el acto en el futuro. Pero incluso es posible que no decida llevar el proyecto tal como lo fantaseó, o vacile entre llevarlo a cabo o no, y como dice Schütz (1995) está decisión "es una elección entre dos proyectos, dos estados previstos de cosas: una surgiría de la acción, el otro de no llevarla a cabo" (1995: 87). Se presenta el caso del trabajador social, que fantasea estar del lado del usuario que exige determinadas acciones en contravía con la institución o por el contrario idealiza los objetivos estatuidos. De hecho en el plano de la idealización del acto, intervienen estos imaginarios, que constituyen el horizonte del proyecto y que de realizarse esas anticipaciones, entrarán a formar parte del conjunto de conocimientos que dispone el actor para poder accionar en el mundo social.

Esta idealización que precede a todo acto, es también una idealización de los motivos, que están presentes en todo dilema que se le impone al actor y que por eso necesite, fantasear e idear. El estudio que hizo Weber, de los motivos *para* y motivos *porqué* es inherente a este proceso subjetivo. En un plano fenomenológico, estos motivos y su distinción fueron reelaborados por Schütz en el libro *El problema de la realidad social*, para el estudio de la elección entre diversos proyecto de acción. Aquí el motivo se refiere al objetivo de la acción, el estado de cosas propio (Schutz:1995), entre ellos está el motivo *para*, lo que se ha de hacer, el objetivo principal proyectado en la imaginación, y que se hará posible gracias a la acción. En este caso, el trabajador social, tendrá en cuenta, el objetivo más inmediato de su acción, lo que hará de producirse, buscando en su criterio lo mejor, en la terminología de Leibniz, precedentemente aspira la voluntad al bien, pero consecuentemente lo más conveniente o lo mejor. De ahí pudo una





mente de Dios, -según Leibniz - crear el mejor de los mundos posible, y por este razón tuvo que admitir el mal, (lo más conveniente) como parte del proyecto del mejor de los mundos posibles. Sin duda, el motivo *para* que tuvo de Dios para elegir, fue fantasear un mundo donde no existiera el mal, pero el hecho consecuente de sopesar todas las inclinaciones, tanto los que apuntaba al mal, como a los que aspiraban al bien, y poder elegir lo mejor, fueron el resorte de los motivos porque. Este mecanismo de elección no difiere para nada de los motivos éticos, que le funcionan a los seres humanos y por ende al trabajador social para resolver los dilemas que se le presentan en su profesión, para finalmente mover la voluntad hacia el principio de lo mejor o conveniente. Sin entrar a observar que esta elección de la voluntad impulsada por el motivo *para*, de defender los intereses de la institución, era lo más conveniente que había que hacer, o desde la defensa de la persona, por encima de la institución, y las consecuencias que esa elección tenga para el profesional o para la institución, sobre todo cuando ésta supone que hay una obligatoriedad por parte de sus integrantes de cumplir los principios y reglas estatuidos.

En relación con los motivos “porque”, se alude con frecuencia que estos responden a experiencias pasadas, la formación profesional, la biografía personal del trabajador social, en otras palabras el contexto socio cultural, en que creció, ya por influencia de una familia, de la escuela y de la formación en la universidad, se convierten, en el contexto desde el cual los motivos *porque*, entran a formar parte de la acción proyectada del trabajador social, y que finalmente justifican porque hizo lo que hizo.

En estas condiciones, el motivo *para* expresa “la experiencia del actor que vive en el proceso en curso de su actividad (...) mientras el actor vive su acción en curso, no tiene en cuenta sus motivos del tipo porqué. Solo cuando la acción ha sido cumplida, cuando se ha convertido en un acto, según la terminología sugerida, puede volver a su acción pasada como observador de si mismo e investigar en virtud de que circunstancia, se ha visto llevado a actuar tal como lo hizo. “ (Schütz, 1995: 88). Esta reflexión incluye la aceptación o negación de reglas y valoraciones, socialmente aceptadas, puede pensar que al pasar por encima de una regla social, esté del lado que considera el más viable o más justo, o inmerso en los patrones culturales. La acción al estar precedida, por estas consideraciones, hace que el trabajador social, se vuelva más racionalmente ético, dentro de la lógica de sentido que considera está orientando el mundo social.

Hay que insistir, que esta diferencia que sobrepone Schütz entre motivos *para* y *porqué*, está concebida en términos de vivencia o como proceso reflexivo. Sin duda la primera, vivir en los actos es estar viviendo los motivos *para* de la acción, en cuanto vislumbro cómo será



la acción, traigo por así decirlo el futuro al presente inmediato. Estas vivencias, están dirigidas de manera inmediata hacia los objetos de esos actos: el otro, la institución, la comunidad etc., mientras que para definir porque lo hace, debe salir de sus vivencias, o para decirlo en palabras del mismo Schutz (1974), salir de la corriente de conciencia, para retomar el hilo reflexivo de porque hizo esto o aquello, en nuestros términos reflexionar éticamente. Es posible que el trabajador social, una vez considerado las consecuencias de la acción, pueda definir con cierta claridad los aspectos éticos que tuvo que tener en cuenta, y es factible que esta reflexión avance por un gran periodo de su vida o de su biografía personal. De hecho una investigación de esta naturaleza, como es comprender los dilemas éticos que se le plantean al trabajador social, en su vida profesional, necesite acceder a estos motivos *para* y *porque*, para poder entender como resuelve problemas que se le presenta en la práctica profesional, y así dar una idea de los mecanismos que subyacen a la actuación del trabajador social.

De manera que los motivos *para* son esencialmente subjetivos, y corresponden a la actitud del actor, que vive el proceso de la acción, este los puede conocer, si le preguntan cuál es el sentido que le atribuye el actor (Schütz:1995), a sus actos. Mientras que una visión de los motivos *porque* aluden principalmente a razones objetivas, que consistiría en remontarse a unas condiciones objetivas que dieron por resultado la elección de diversos cursos de acción. Es posible que deba reconstruir, para encontrar los motivos *porque*, elementos familiares, socioculturales, históricos, propios de la biografía personal del trabajador social.

## BIBLIOGRAFÍA

Leibniz. G. W. 1954. *La Teodicea o tratado sobre la libertad del hombre y el origen del mal*. Madrid. Aguilar

Mélich. J. 1977. *Del extraño al cómplice*. Barcelona. Anthropos

Rodríguez. R. 2008. *El mal en el mejor de los mundos posibles*. Bogotá. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca.

Schütz. A. y Luckmann.T. 1977. *Las estructuras del mundo de la vida*. Buenos Aires. Amorrortu

Schütz. A. 1995. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires. Amorrortu

Schütz. A. 1974. *Estudios sobre teoría social*. Buenos Aires. Amorrortu

Schütz. A. 1973. *La construcción significativa del mundo social*. Buenos Aires. Paidós



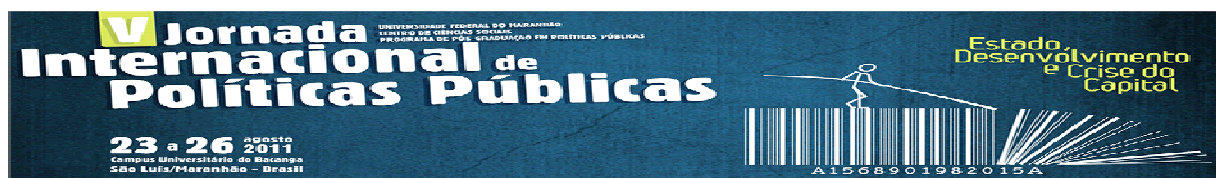
# V Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**23 a 26** Agosto  
**2011**  
Campus Universidade do Oeste  
São Luís/Maranhão - Brasil

Estado,  
Desenvolvimento  
e Crise do  
Capital





## LA INTERVENCIÓN EN LO SOCIAL DESDE LA PERSPECTIVA DE TRABAJO SOCIAL: implicaciones en el desempeño del trabajador social colombiano

Sandra del Pilar Gómez C<sup>18</sup>

### RESUMEN

Los cambios que se presentan en la realidad social, son efecto de la mercantilización de los servicios sociales, que generan desde el contexto de la intervención en lo social, una reacción frente a nuevas y complejas problemáticas sociales, cómo estas afectan al otro y cuáles son las implicaciones en el desempeño del trabajador social colombiano.

Se trata entonces que a partir de la intervención en lo social se les devuelva a los *sujetos de las políticas sociales*, su papel protagónico en el sentido de escucharlo y permitirle expresar sus sentimientos, temores, ansiedades, expectativas, proyectos, comprender sus ideales y su querer ser; de tal manera, que no solo sean receptores; sino co-creadores de las políticas rescatandola dimensión del ser social.

**Palabras clave:** intervención en lo social, sujetos de las políticas sociales, nuevas y complejas problemáticas sociales, situación del Trabajador Social.

### ABSTRACT

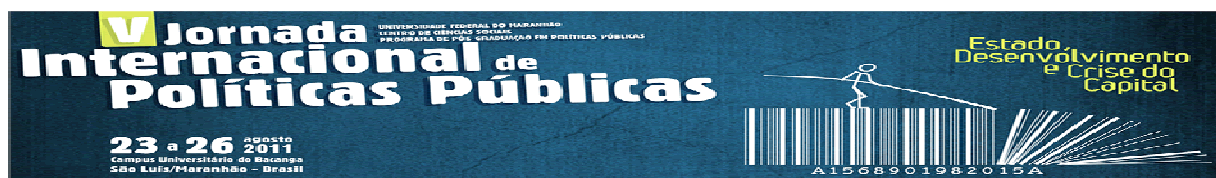
Of the changes that occur in the social reality, effect of corporatization of social services, generated from the context the intervention in the social, a reaction front anuevas and complex social issues, how they affect each other and are lasimplicaciones in the performance of the Colombian social worker. It is then that from intervention in the social returns to them the subjects of social policies, his role in the sense of listening to him and allow him to express their feelings, fears, anxieties, expectations and projects, understand his ideals and his wanting to be; in such a way, that they are not only receivers; but co-creators of the rescatandola dimension of being social policies.

**Key words:** intervention in social subjects of social, new and complex problematic social policies, the Social worker situation.

### INTRODUCCIÓN

---

<sup>18</sup> Magíster en Planeación Socio-económica. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá. Colombia. sandragomezcontreras@gmail.com



Pensar el Trabajo Social en el contexto Colombiano, implica estudiarlo teniendo en cuenta esa realidad social que demanda un conocimiento específico y que atañe a todos los asuntos humanos. En este contexto se quiere identificar las nuevas y complejas problemáticas sociales que hoy nos aquejan y cómo éstas traen consigo la aparición de nuevos escenarios, que desde lo social interpelan nuevos interrogantes y nuevas formas de abordar desde la intervención en lo social, articulada a los acontecimientos históricos, propios de la época y su correspondiente explicación en el seno de las relaciones Estado-sociedad.

Finalmente se pretende conocer las áreas en las que se desempeñan las y los Trabajadores Sociales, como resuelven los interrogantes que la cotidianidad de la realidad social les provee a los sujetos sociales que están insertos allí. Lo anterior posibilita desde el Trabajo Social comprender la existencia de nuevos escenarios a partir de los cuales la intervención en lo social, demandaría de los profesionales nuevas formas de conocer y acercarse a la realidad social a través del lenguaje y la interacción con los sujetos sociales devolviéndoles el protagonismo y su visibilización en tanto sujeto social que se construye como sujeto político.

### ***1. Las nuevas y complejas problemáticas que afectan al sujeto a partir de la realidad social***

El actual contexto colombiano, se encuentra inscrito bajo los efectos de una crisis social, económica y política entre otras, cuyos orígenes van más allá de la globalización, que plantea una serie de cambios sociales importantes, pues muchos de los problemas fundamentales que tiene hoy se le plantea a la vida humana se relacionan con las cuestiones ecológicas, o con los riesgos de una confrontación militar a gran escala, o en general con la vulneración de los derechos humanos.

En éste marco, las estadísticas ubican a Colombia en el contexto mundial como uno de los países con más inequidad en la distribución de la riqueza; lo cual trae consigo desesperanza, falta de oportunidades para toda la población; en donde las y los trabajadores sociales se enfrentan con una serie de nuevos escenarios y formas de



interpelación de todo tipo que hacen cada vez más compleja nuestra intervención. Producto de lo anterior se aprecia en la actualidad graves problemas relacionados con la calidad en la educación, profundas dificultades en el sector de la salud, desnutrición infantil, población en situación de desplazamiento, víctimas del conflicto armado interno, población ubicada en el sector agrícola desprovista de un sistema de seguridad social.

A los problemas derivados del contexto anteriormente mencionado se adicionan las dificultades que se generan en los jóvenes que desde los sistemas que ofrece el Estado presentan restricción para acceder a actividades relacionadas con el manejo del tiempo libre, pérdida de espacios de socialización en la familia, acceso ilimitado en tiempo a la virtualidad y a las redes sociales que hoy se convierten en una amenaza para nuestros jóvenes en la medida en que han sido objeto de tráfico de personas y chantaje.

La desesperanza y la falta de oportunidades se concretan en el siguiente extracto tomado de la entrevista a un grupo de adolescentes entre 12 y 13 años escolarizadas en un colegio ubicado en la localidad de Ciudad Bolívar\*, evidenciándose cambios negativos para un país como el nuestro:

Refieren los jóvenes que quedaron embarazadas por “experimentar el sentimiento de ser madre”<sup>19</sup>, no existe preocupación en ellos, por los efectos que este tipo de decisiones les generan en su proyecto de vida; por otra parte expresan tener conocimiento de los métodos anticonceptivos, sin embargo, no se hace uso de ellos porque consideran que “son molestos, incómodos y que no son llamativos para su pareja”<sup>20</sup>, lo que permite evidenciar problemas de autoestima.

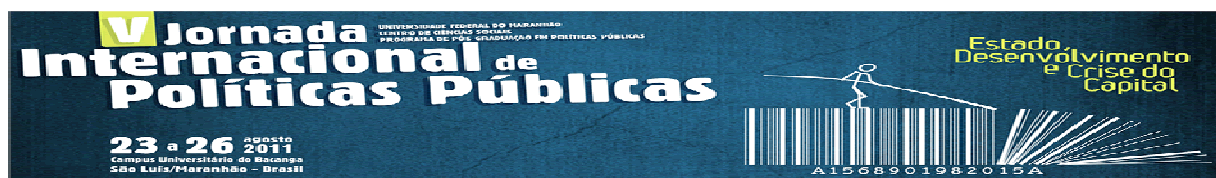
En ese sentido se complejizan las problemáticas y se presentan interrogantes que desde lo social hacen un llamado al Estado, a las instituciones y a los profesionales,

---

\*Considerada una de las localidades más grandes de Bogotá, que alberga en sus diferentes barrios población con el mayor índice de pobreza y en donde ser joven es considerado como riesgo.

<sup>19</sup>Extracto de la entrevista realizada por una Trabajadora social en Formación a una joven escolarizada que se encuentran en embarazo. (Colegio CEDID, Ciudad Bolívar). Junio 3 de 2011.

<sup>20</sup>Extracto de la entrevista realizada por una Trabajadora social en Formación a una joven escolarizada que se encuentran en embarazo. (Colegio CEDID, Ciudad Bolívar). Junio 3 de 2011.

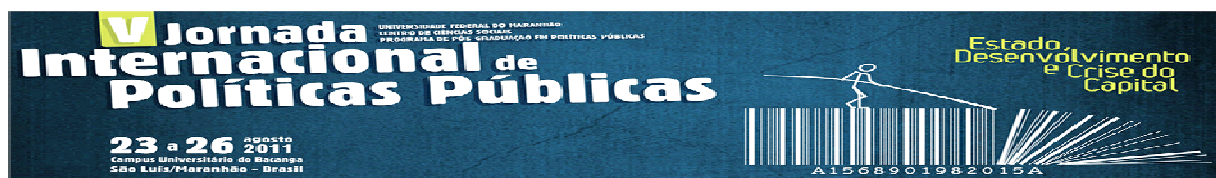


por cuanto no se comprende el proyecto de vida que configura un joven y como este se permea desde su cotidianidad. Al respecto se logra visibilizar desde los acercamientos que profesionales de entidades del gobierno distrital realizan con centros educativos, un aumento en las estadísticas de las adolescentes gestantes y lactantes, proliferación de enfermedades venéreas y de transmisión sexual que provocan graves alteraciones en la fisiología de las y los adolescentes.

El contexto anterior genera crecientes dificultades a las instituciones que no disponen de recursos suficientes para atender este tipo de situaciones y que desde el ámbito educativo se encuentra con un ilimitado talento humano de profesionales que desde lo social promuevan con los sujetos sociales un viraje que los lleve a una transformación de las situaciones que originaron su problemática.

Podremos afirmar que las problemáticas que se presentaban de antaño no son tan diferentes a las actuales, sin embargo éstas se vinculan a las necesidades que genera el consumismo, si anteriormente una joven se prostituía para llevar el sustento a su casa, hoy impera la necesidad de acceder a la última tecnología en PC, tabletas, celulares y ropa de marca. Lo anterior indica que la intervención que se hace desde el trabajo social, no puede ser la misma, porque aunque estas se presenten iguales los actores son diferentes, los papeles no son los mismos y es al protagonismo que asumen sus actores al que se le debe proporcionar un viraje y ese se puede hacer desde la intervención en lo social.

Para finalizar este aparte se considera que las problemáticas que hoy afectan a Colombia son variadas y van desde unos los niveles marcados de pobreza y desigualdad social, un gran porcentaje de la población rural en condiciones de pobreza extrema, en donde el Estado es ineficiente y no llega, sin embargo quienes acceden a un medio de comunicación aprecian como subsidios que debían llegar al campo se quedaron en familias adineradas de la élite política de este país, mientras que el campo sigue sufriendo las inclemencias de las decisiones tomadas en el aparato estatal. A lo anterior se adiciona el problema del narcotráfico, las recientes dificultades diplomáticas que generaron los seguimientos de la fuerza pública a militantes de las FARC en Ecuador y Venezuela, la



aparición de bandas criminales en las ciudades que intentan hacer justicia, los problemas domésticos que hoy cobran víctimas a diario y en donde los niños son los espectadores y los que reportan el delito a las autoridades.

En este sentido se espera entonces de los profesionales que se ocupan de lo social, hacer visibles las problemáticas sociales producto del sistema que hoy rige y que trata de invisibilizar la situación de pobreza, miseria y desigualdad que hoy afecta a un gran sector de la población colombiana. Estas se convierten en algunas de las tantas problemáticas que aquejan a la población colombiana y que dan cabida a la aparición de nuevos escenarios. Al respecto plantea Carballada que

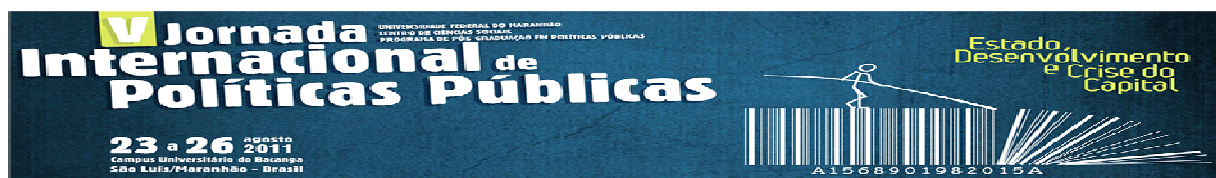
## **2. La aparición de nuevos escenarios en donde se desarrolla la intervención**

El origen de los nuevos escenarios en donde se desarrolla la intervención en lo social están directamente articulados a las problemáticas que de manera cíclica y dinámica afectan a la población. Retomando el caso del Colegio se presenta aquí un problema que de manera generalizada hace presencia en el ámbito educativo y son los problemas derivados de la convivencia en la escuela, en donde a diario se observa en los medios de comunicación el enfrentamiento entre estudiantes de diferentes colegios.

En este contexto la aparición de problemáticas sociales como la violencia en los colegios, el aumento de los casos de consumo de sustancias psicoactivas, embarazo de adolescentes, las infecciones por VIH y enfermedades de transmisión sexual, los problemas de salud derivados de los trastornos de alimentación, se convierten en un campo que debe ser explorado y que en términos de Carballada “los problemas clásicos que se presentaban a las instituciones y otros dispositivos para la intervención son percibidos como nuevos aunque sean antiguos (...) demostrando la necesidad de nuevas formas de intervención diferentes a las de antaño en ello radica la esencia de la intervención en lo social.

En esta revisión de los nuevos escenarios se hace necesario hacer un llamado a los colectivos de profesionales que trabajan por la reivindicación de la profesión en nuestro país para que se acuda a la defensa de los espacios que se ganaron por ejemplo





en los establecimientos educativos en donde hoy casi que no se encuentra la figura del orientador en cabeza de un Trabajador Social, considerando entonces que gran parte de los problemas de convivencia que se generan en los colegios obedecen en parte a que seguimos dándole la espalda a los problemas que presentan nuestros adolescentes reflejándose en altas tasas de deserción escolar, bajo rendimiento académico lo que lleva a muchos adolescentes a suicidarse en época de entrega de informes académicos a padres de familia.

Un escenario que surge aquí, está dado en la medida en que la intervención en lo social se preocupa por comprender lo que surge en los nuevos escenarios que se derivan de la presencia variada y compleja de las problemáticas anteriormente descritas.

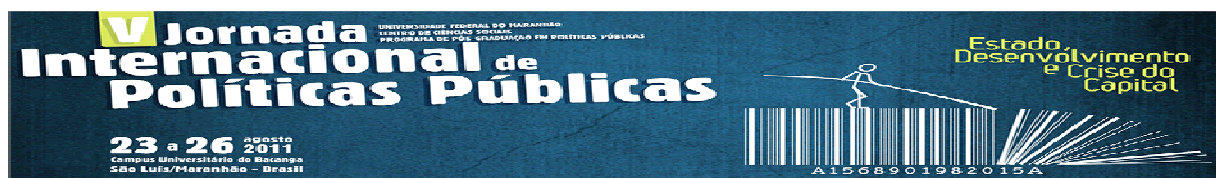
En ese sentido y retomando el concepto planteado por Carballada referente al término “escenario, implica ciertas tendencias y cambios conceptuales dentro de las ciencias sociales, que pueden ser útiles en la medida en que sea posible una apropiación de ellos para la intervención en lo social, aclarando que existen entonces el aporte de las ciencias sociales que a través de la etnografía, la fenomenología, el interaccionismo simbólico entre otros permita a los profesionales comprender la realidad social que afecta a los sujetos de la intervención.

En la educación un nuevo espacio para el trabajo social se puede lograr a través de procesos investigativos orientados al estudio de cómo el contexto económico, social, cultural y político que rodea a los establecimientos educativos puede ser tenido en cuenta para el trabajo con los estudiantes en el aula, insertándolo en el currículo, lo anterior se plantea desde los Ejes transversales\*. Lo anterior relaciona la intervención en lo social con el manejo de conocimientos específicos para un campo en particular como es el de la educación. Desde esta noción de campo profesional<sup>21</sup> se le plantea al Trabajo

---

\* “Son instrumentos globalizantes de carácter interdisciplinario que recorren la totalidad de un currículo y en particular la totalidad de las áreas del conocimiento, las disciplinas y los temas con la finalidad de crear condiciones favorables para proporcionar a los alumnos una mayor formación en aspectos sociales, ambientales o de salud.” (Botero, 2008, p. 1)

21 “Todo campo profesional se estructura en relación con ciertos imperativos sociales que plantean como necesario un tipo de práctica determinada. Dichos imperativos sociales se estructuran a partir de los obstáculos que surgen en el proceso de producción y reproducción de la vida social, derivados de las contradicciones estructurales que caracterizan a cada sociedad; y que se expresan como "problemas sociales". El concepto de imperativo social no alude a una decisión



Social la posibilidad de insertarse para dilucidar un interrogante que se genera hoy y que tiene que ver en el ámbito de lo cultural, del respeto por los derechos humanos y como lo plantea Botero, “al desarrollo de hábitos que combatan el consumismo desaforado y eliminen discriminaciones existentes por razón de sexo, o por la pertenencia a una minoría étnica (...), las temáticas son de tres tipos: sociales, ambientales y de salud ”(Botero, 2008, p. 2), aspectos todos ellos que se trabajarían desde los ejes transversales en donde se trabaje desde el aula, con equipos interdisciplinarios identificando los orígenes de los problemas que se enfrentan en un establecimiento educativo y como estos son el reflejo de lo que acontece dentro de los espacios locales en donde residen los estudiantes.

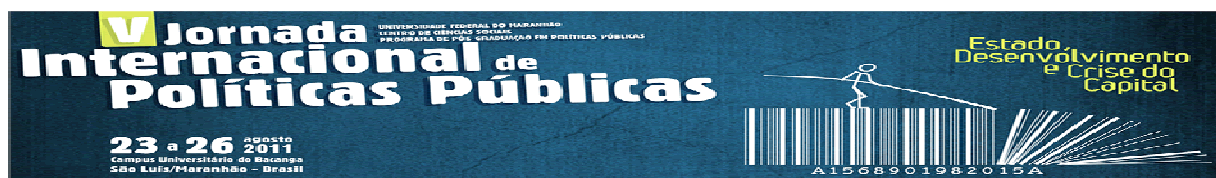
En este contexto, la intervención en lo social le exige al profesional que se desempeña en los centros educativos un viraje en su intervención contextualizándose sobre las problemáticas que aquejan a la población estudiantil en su cotidianidad y como estas son insertas en los currículos de tal manera que problemáticas como drogadicción, prostitución, bulimia y anorexia, embarazo precoz, enfermedades de transmisión sexual, pandillas, bandas criminales, ingreso de niños a la vida laboral y las relaciones que se establecen mediante redes sociales, puedan ser abordadas por equipos inter y multidisciplinarios que amparados desde la transversalidad se articulen con lo que sucede en la familia y la sociedad.

Es entonces cuando se clama por la creatividad del trabajador social y la recursividad con la que acude al conocimiento de una forma específica para incursionar en la vida cotidiana empoderando al sujeto, comprendiendo sus demandas, convirtiéndolo en protagonista permanente de su transformación. Al respecto Carballada expresa que

“Los nuevos escenarios sociales y la creciente complejidad de la cuestión social generan una serie de interrogantes que interpelan a las formas típicas de intervención de las Políticas Sociales. Las políticas clásicas de reinserción se enfrentan con nuevas cuestiones que se reconocen en lo que podríamos denominar *Problemáticas Sociales Complejas*. Estas se pueden definir como “*Expresiones de la tensión entre necesidades y derechos sociales y ciudadanos que generan distintas formas de padecimiento*”

---

maquiavélica de una clase o de un estado, sino a la demanda social en que se objetiva la relación de fuerza que articula la intrincada red de relaciones sociales, políticas, ideológicas y culturales que conforman una sociedad determinada”. (GARCIA, 1998, p.17)



*expresándose en forma probabilística en todos los sectores sociales”.*  
(Carballeda, 2004, 56)

Lo que se debe tener en cuenta es que estas crecientes problemáticas que se presentan de manera permanente no se conviertan en un paliativo en dónde se trata de dar respuestas parciales a las demandas de los sujetos sociales, se trata entonces de empoderarlos para que sean ellos los que a partir de su historia puedan reconstruir el camino que les permita superar sus dificultades, recuperando los lazos sociales y la fragmentación social como expresiones significativas que se presentan en un barrio, localidad o en la sociedad.

Conviene precisar, que la reforma constitucional de 1991, para el Trabajo Social en Colombia, se abrieron varios espacios de intervención en campos como: salud, educación, justicia, medio ambiente, derechos humanos, rehabilitación, organización y desarrollo comunitario, centros de conciliación entre otros, los cuales se han enmarcado en un trabajo social orientado a la reivindicación y respeto por los derechos humanos.

En general los nuevos escenarios sociales, y contextos en términos de Carballeda, “se caracterizan por la existencia de una marcada exclusión social, pobreza, desigualdad, desintegración, heterogeneidad, fragmentación, social, diferenciación, crisis de identidades y pérdida de los lazos sociales” (Carballeda, 2004,53)

Lo anterior implica entonces estudiar, como se presenta el desempeño del trabajador social en los ámbitos en los que se ubica laboralmente y como percibe al usuario que es el que se convierte en el demandante de los servicios de la intervención en lo social.

### **3. La situación del trabajador social colombiano y su relación con el sujeto de las políticas sociales**

El Trabajo Social en Colombia se encuentra ligado a las políticas públicas, a partir de ahí, el profesional se encuentra enmarcado dentro de los parámetros que estas demarcan. Al respecto la Secretaria Distrital de Integración Social, expresa que “las políticas públicas tienen su máxima expresión en los planes de desarrollo, y en su



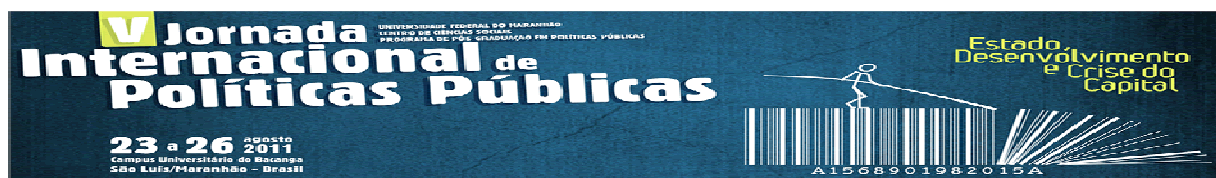
formulación se encuentra la oportunidad para la solución de las problemáticas de la comunidad infantil, adolescente, jóvenes, familias, mujer y género, discapacitados y afrodescendientes. (Secretaria Distrital de Integración Social, en Gómez y Falla, 2010, 36).

Se observa una inserción mayoritaria de las y los trabajadores sociales en las instituciones del Estado, ello implica que cuando éste entra en crisis también lo hacen sus instituciones lo cual afecta las prácticas profesionales, Carballada, plantea que “el impacto de la crisis del Estado en la esfera de la intervención en lo social se relaciona con los importantes cambios en la “visión del problema social” desde las instituciones en donde se actúa, (...) los recursos que se administran no sólo han disminuido sino que han cambiado de sentido” (Carballada, 2004,87).

Prueba de ello es lo que sucede en el campo de la educación, en dónde el recorte de los recursos a estas instituciones a provocado la desaparición de la figura del trabajador social de las oficinas de “Orientación Escolar”. En la cátedra de Introducción a la Práctica que oriento en el programa, se hace una exploración con estudiantes de segundo nivel y se encuentra que en la gran mayoría de los colegios públicos no hay trabajador social, el algunos tan solo se cuenta con un psicólogo y en otras se encuentra el profesional pero alejado del quehacer profesional ocupándose de actividades relacionadas con la docencia.

En el campo de los Derechos Humanos el Trabajo Social ha venido realizando un trabajo orientado a impulsar acciones tendientes a la reivindicación de los mismos que tan vulnerados se han visto en ésta época. Entonces la práctica profesional se desarrolla en programas insignia como Acción social en donde se prestan servicios sociales a población en situación de desplazamiento y los efectos que ello deja en la población, población emplazada, reinsertada y desmovilizada. Para la prestación de estos servicios los profesionales son acogidos para su desempeño es variado y cubre entidades públicas como operadores privados (ONG).

La reforma constitucional de 1991, posibilitó para el campo de organización y desarrollo comunitario, la apertura de más espacios en dónde “El trabajador social genera procesos de acompañamiento y participación en las instituciones mediante el diseño de



planes y proyectos orientados al cumplimiento de las políticas sociales, participa en la mejora de la calidad de los servicios que se prestan al ciudadano, los orienta en la creación de canales para la transparencia, el control social y la participación”. (Gómez y Falla, 2010, 37)

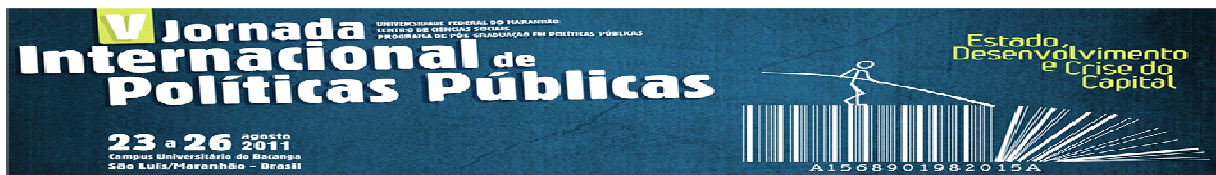
Una entidad que alberga mayoritariamente trabajadores sociales es la Secretaria Distrital de Integración Social, la intervención se hace en el marco de las políticas públicas de: “Política de Infancia y Adolescencia, Política de Juventud, Política de Familia, Mujer y Género, Política de Seguridad Alimentaria, Discapacidad, Política de Afrodescendientes, Política de Ruralidad, la política pública de los habitantes de calle y la dirigida a la población LGBT” entre otras.

En el campo de la salud, se encuentra que los trabajadores sociales desempeñan funciones relacionadas con la participación en “Comités Paritarios de Salud Ocupacional (COPACOS), calidad en la prestación de los servicios de salud a los usuarios entre otros.

En el área de Rehabilitación se encuentra la rehabilitación social y física, en la primera se observa un desempeño desde las instituciones públicas y operadores privados que trabajan con población en calle, procesos de inclusión social, tejido social, se trabaja en torno al diseño de proyectos productivos con la denominada agricultura urbana que está orientada a la restauración de tejido social. Igualmente dentro del campo de la rehabilitación social los trabajadores sociales adelantan proyectos con población privada de la libertad y que se encuentra interna en establecimientos carcelarios y penitenciarios.

Igualmente amparados en la ley de infancia y adolescencia las trabajadoras sociales están abriendo un campo importante en el sistema de responsabilidad penal para adolescentes. Se resalta la labor de las trabajadoras sociales que se dan a la tarea de abrir espacios que no han sido pensados para la profesión. Lo anterior se evidencia en el relato de una de las Trabajadoras Sociales que se desempeña en el marco del Sistema Penal Acusatorio cuando expresa que:

“Como Trabajadora Social, desde que me vincule a la rama de la Justicia hace 23 años, he tenido la oportunidad de intervenir en procesos asociados con el trabajo con familias, mujeres y niños víctimas de violencia



intrafamiliar, seguimiento de casos, restitución de derechos, sin embargo las funciones de los profesionales, dependen en gran medida de la iniciativa y la creatividad del profesional para recrear los conocimientos teórico metodológicos recibidos en la formación profesional; sin embargo, al interior de las instituciones las funciones están directamente relacionadas con la política institucional, marco en el cual se depende del jefe inmediato. Por ejemplo cuando me vincule a la rama judicial se podían desempeñar las funciones anteriormente señaladas ya que el juez anterior así lo exigía, pero en un momento coyuntural que coincidió con el cambio de juez y la saturación del sistema judicial, la realización de funciones propias de un trabajador social en esta área, pasamos a convertirnos en escribientes y en general toderas en la institución. Actualmente y desde hace dos años y medio que entro en vigencia el Sistema Penal Acusatorio las funciones han cambiado y en la actualidad se trabaja con diferentes instituciones públicas (Alcaldía y Secretaria de Integración social) y ONG's (ACJ), se trabaja en torno a sanciones, reglas de conducta amonestación, libertad asistida, servicio a la comunidad y privación de la libertad

Las coyunturas anteriores despertaron en el equipo de Trabajadoras Sociales vinculadas al Centro de Servicio Judicial la necesidad de diseñar un programa que está dirigido en términos generales a recobrar la identidad del Trabajador social en la rama judicial, recobrando espacios que a nivel profesional se habían perdido, para ello se han venido realizando algunas actividades de socialización del mismo con entidades de esa rama a nivel nacional. Se han redactado oficios dirigidos al Consejo Superior de la Judicatura, al Consejo Seccional entre otros lo que se quiere es crear un Centro de Servicios para notificados que cuente con un equipo interdisciplinario en cabeza de un trabajador Social.\* (Gómez y Falla, 2010, 38, 39)

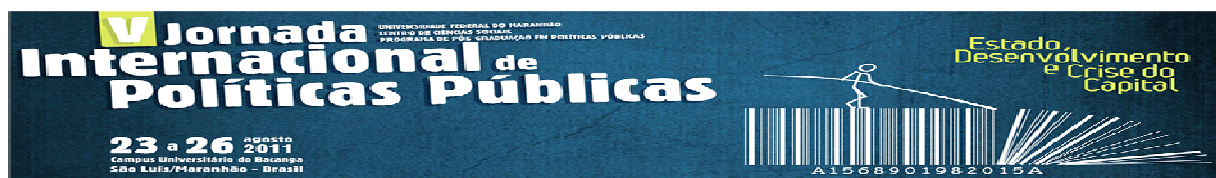
En cuanto al campo de la rehabilitación física el desempeño de las profesionales se ubica tanto en entidades públicas como privadas. Campo en el cual se trabaja con personas en situación de discapacidad tanto física como mental en clínicas u hospitales.

En el campo laboral el trabajador social se inserta desde los procesos que se adelantan con la gerencia social, la gerencia social para el desarrollo del talento humano, el sistema de seguridad social, entre otros. Independientemente de los campos en los que se desempeña el trabajador social y de la situación que hoy enmarca la profesión, se identifica que el profesional se ubica en el marco de las políticas públicas y en las entidades que las hacen operativas. En ese contexto

---

\*Extracto de la entrevista con una Trabajadora Social del Centro de Servicios Judiciales para Adolescentes. Junio 18 de 2010.



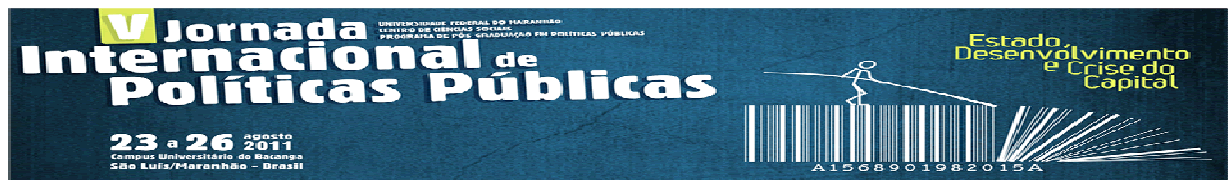


(...) se puede decir que las y los Trabajadores Sociales, son agentes sociales que miran con reserva la visión de adaptación y socialización, a través de su participación en los procesos de ayuda a la estructuración de la política social; también, han construido su identidad, no sólo como un instrumento de ejecución de las mismas. Su actuación en este marco, ha estado orientada en relación directa con el usuario de las políticas, lo que incide directamente en el espacio profesional, sus funciones y su instrumental teórico y metodológico, circunscribiéndolos a una práctica que bien puede ser asistencial, activista, tecnocrática, de control social, pero que también puede ser reflexiva, crítica y propositiva. (Gómez y Falla, 2010, 42)

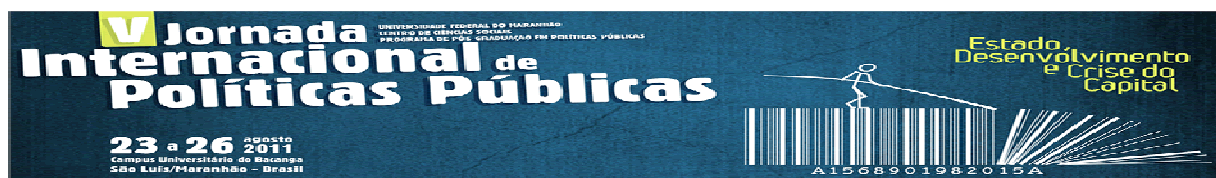
Finalmente es pertinente identificar que si bien las políticas públicas orientan gran parte del desempeño del trabajador social en cualquier campo, la participación del trabajador social no se puede limitar a la ejecución, es necesario incursionar en el diseño de las mismas, involucrando a los sujetos sociales.

## BIBLIOGRAFÍA

- ARIAS Vargas, Viviana; GONZÁLEZ, López Luis Eduardo, HERNÁNDEZ, Guevara Nohema. "Constitución de sujeto político: historias de vida política de mujeres líderes afrocolombianas". En Redalyc, Sistema de Información Científica, Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal Vol. 8, Núm. 3, septiembrediciembre, 2009, pp. 639-652. Pontificia Universidad Javeriana. Colombia. Disponible en <: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=64712155007>>
- CÁCERES, Cedrón Leticia, CARDEÑA Dijos Estela. "Resignificación del Trabajo Social en las relaciones Estado y Sociedad en el nuevo contexto de globalización". *En Ponencia presentada al XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*. Lima, Perú – 20011
- CARBALLEDA, Alfredo. *La intervención en lo social. Exclusión e integración en los nuevos escenarios sociales*. 1° ed., 1° reimpresión. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- \_\_\_\_\_. Políticas de reinserción y la integración de la sociedad. Una mirada desde las Políticas Sociales. En: *Margen. Periódico de Trabajo Social y Ciencias Sociales*. Edición digital, Edición N° 39, Octubre 2005.
- GARCIA, Salord Susana. *Especificidad y Rol en Trabajo Social*. Buenos Aires: Hvmánitas. 1998.
- GÓMEZ, C., Sandra y FALLA, R., Uva. Ponencia: La práctica profesional del Trabajador Social en las relaciones estado-sociedad. En *memorias 13º Congreso Nacional de Trabajo*



Social: La intervención en trabajo social: Globalización, justicia social y diversidad. Agosto 11,12 y 13. Cali Colombia: Universidad del Valle. 2010.  
KISNERMAN, Natalio. Pensar el Trabajo Social Una introducción desde el construccionismo. Argentina: Hvmanitas. 1998. p.270.



## LOS DILEMAS ÉTICOS Y POSTURA POLÍTICA DE LOS TRABAJADORES SOCIALES EN COLOMBIA

Uva Falla Ramírez<sup>22</sup>

### RESUMEN

El modelo neoliberal ha llevado a un mayor deterioro de las condiciones sociales de la población colombiana; el desarrollo se ha centrado en el crecimiento económico, en detrimento de la calidad de vida de la población; de esta manera la generación de más pobreza ha sido una constante, donde las políticas sociales se dirigen a la población más vulnerable, convirtiéndose en instrumento de mercantilización y privatización de los derechos. Es en ese contexto, que los y las trabajadoras sociales centran su quehacer, en su mayoría como ejecutores de dichas políticas, donde viven una serie de contradicciones provenientes de la dinámica de las instituciones, de los sujetos sociales y de su propia condición de sujeto social. Esto les genera unos dilemas en la intervención, que se mueven en el plano de lo ético pero que finalmente se resuelven al trascender en la construcción de un proyecto político.

**PALABRAS CLAVE:** dilemas éticos, proyecto político, sentimientos, expectativas, Sujeto social, necesidades, requerimientos, derechos, dinámica.

### ABSTRACT

the neoliberal model has led to a further deterioration of the social conditions of the Colombian population; the development has focused on economic growth, to the detriment of the quality of life of the population; Thus the generation of poverty has been a constant, where social policies are directed to the most vulnerable population, becoming tool of corporatization and privatization of rights. It is in this context, social workers focus their work, mostly as implementers of such policies, where they live a series of contradictions from the dynamics of institutions, social subjects and his own condition of social subjects. This generates them a few dilemmas in the speech, they move in the level of the ethical but finally settled to transcend the construction of a political project.

**KEYWORDS** ethical dilemmas, political project, feelings, expectations, social subject, needs, requirements, rights, dynamics.

## INTRODUCCIÓN

---

<sup>22</sup> Trabajadora Social, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá Colombia. ufallar@gmail.com

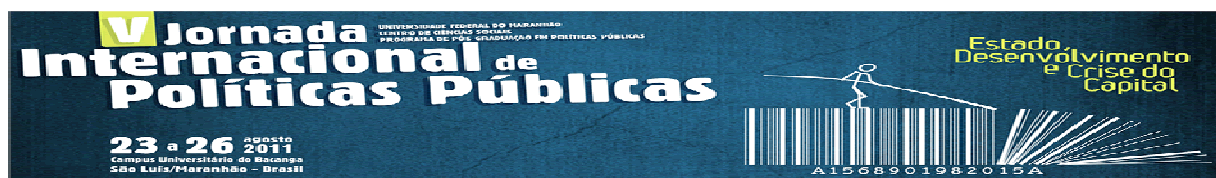


La intencionalidad que se persigue en el escrito es acercarnos a analizar la manera en que se presentan desde lo cotidiano, los dilemas éticos producto de la presencia de unas contradicciones emanadas de los principios, reglas y valores sociales y como en estos se enlazan principios y valores personales y del contexto institucional, reflexión que da lugar a lo ético del desempeño. Frente a lo político, la idea no es solamente generar el debate en torno al tema; es necesario que el producto de esa reflexión se concrete en la búsqueda de la consolidación de una organización que promueva un movimiento que le haga sentir a las y los trabajadores sociales la existencia de un proyecto que no es personal sino también es colectivo.

## 2. De los Dilemas Éticos

Lo ético- político surge del movimiento de la re conceptualización; que buscaba la defensa de la dignidad humana; de los derechos, del mejoramiento de las condiciones de vida de la población en desventaja, es decir, en defensa de los principios y valores radicalmente humanos. Esta situación se mantiene en la actualidad; hoy en día el Trabajador social en su práctica cotidiana busca la equidad y la justicia social. Sin embargo cabe la pregunta ¿en las condiciones del estado neo liberal; realmente puede el trabajador o trabajadora social lograr mediante su intervención, la construcción de un proyecto ético – político?

Empecemos por plantear algunos aspectos de su construcción, tanto en su significado como en las categorías entorno a las cuales girar. En primer lugar, el término "intervención", se refiere a la acción colectiva o individual para la transformación de una situación social. Dicha transformación implica de hecho una valoración de la situación social, es decir, la idea de que debe ser cambiada. En segundo lugar, ello implica la presencia de unos fundamentos éticos, pero también políticos. Por lo que a intervención social de tipo socio-política, corresponde a una perspectiva de inaceptabilidad de la situación social que vive sea el caso de un individuo, un grupo o una comunidad. Ahora bien, si entendemos la intervención en lo social; como una acción organizada e intencionada, que aunque liderada por la o el Trabajador social, quienes realmente son los



protagonistas, son las personas que colectivamente buscan superar los obstáculos que les impiden el desarrollo humano y social. En este contexto se entiende la intervención en lo social fundamentada en ejes de carácter ético, epistemológico y metodológico.

Lo ético, se contextualiza en los principios y valores que han sido sustentados no sólo en los códigos de ética de la profesión; sino también lo que la familia le inculcó. Principios profesionales como la autodeterminación de los usuarios, el respeto a su intimidad y la confidencialidad, entre otros; normas, prohibiciones y valores como la solidaridad, la justicia, la equidad, el respeto por la dignidad humana; la honestidad, la libertad; etc.; con los que establecen la calidad de la relación principios – valores-estructura axiológica dominante; y así mismo configuran las motivaciones e intencionalidad que determinaran o guiaran la acción. Lo ético está relacionado con las consecuencias de la actuación profesional en la vida de los sujetos sociales que son los directos destinatarios de la intervención profesional. La ética profesional, en consecuencia valida las relaciones sociales en el marco de desempeño profesional y personal y tiene que ver con el compromiso hacia los sujetos sociales usuarios de los programas.

Los problemas éticos suelen plantearse no tanto porque no haya respuesta a una situación, sino más bien porque hay varias respuestas y es necesario revisar cuál de ellas es la mejor, para ello es preciso retomar a Jûrgen Habermas con la teoría de la acción comunicativa y su ética discursiva que está presente en los mecanismos de respuesta actual a los problemas éticos. “Para la ética discursiva los problemas éticos no son tanto cuestiones de principio si no de procedimiento... y en éste lo decisivo es la búsqueda cooperativa de respuestas teniendo en cuenta los intereses de todos los implicados.” Igualmente se contempla como es normal la relación de unos principios que se refieren a la necesidad de:

Respetar y anteponer a sus actuaciones profesionales los Derechos Humanos individuales y colectivos o de los pueblos, consagrados tanto en la Declaración Universal, como en la Constitución Nacional de Colombia y los Convenios y Tratados Internacionales; además de los principios y valores, construidos desde la Ética Civil, consistente en el mínimo de valores y normas que los miembros de una sociedad moderna comparten desde su pluralidad. (Canimas. J, 2006. 133).



A partir de lo anterior se puede plantear que existen dos formas de ver lo ético como una construcción que se da desde la cotidianidad del trabajador social en su intervención o desde la ética de los valores, principios y códigos que históricamente han sido construidos y aceptados. Pero, ¿en qué momento podemos decir que se presentan los dilemas éticos?; primero que todo entender que las instituciones no son, solamente un lugar de desempeño profesional, sino que, también, son espacios de actuación, de mediaciones, de construcción de relaciones dialógicas y dinámicas entre los diversos actores sociales. Las y los Trabajadores Sociales, en su ejercicio, se ven en la obligación de responder entre otros muchos aspectos, a una serie de situaciones o circunstancias en las que deben tomar decisiones que muchas veces, los afectan en lo personal y que se muevan en el contexto de lo ético.

La institución establece una “ruta de atención” al usuario, que guía u orienta la intervención profesional, lo que tiende a resolver las diferentes situaciones o a generar dilemas que experimenta al tener que tomar decisiones, y es en ese momento en el que se hacen presentes los dilemas éticos que en su definición son “una narración breve, a modo de historia, en la que se plantea una situación posible en el ámbito de la realidad pero conflictiva a nivel moral, el individuo se encuentra, ante una verdadera e inevitable situación conflictiva, en la cual se pueden presentar muchos cuestionamientos ante una elección entre dos alternativas igualmente inadecuadas” (Banks, 1997,26).

Esta disyuntiva que se le presenta al trabajador o trabajadora social; está fundamentada, por una parte, en su vinculación como ejecutor de las políticas sociales y en otra, al considerarse tradicionalmente como un profesional que en el contexto de las disciplinas sociales es crítico e inclusive movilizador de procesos colectivos, como se señalo desde la misma re conceptualización. Por ello su reflexión, decimos, es dilemática por cuanto tiene que decidir u optar por los objetivos institucionales o por las necesidades del usuario o sujeto social. Pero la disyuntiva o el dilema se agrava aún más, al tener que considerar en la decisión también lo que toca a su persona, como otro ser social cargado de necesidades, proyectos y expectativas.



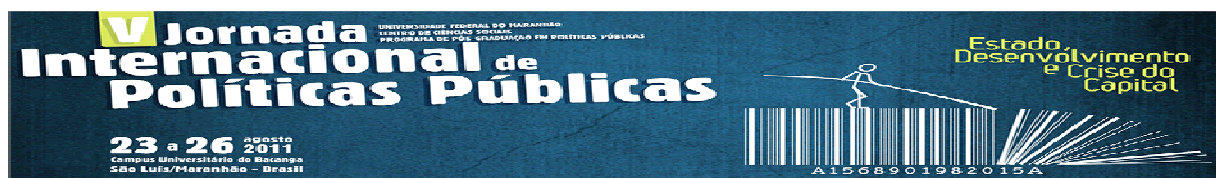


Desde la perspectiva del componente humano del profesional se proyecta en la esfera de lo que se espera de él, un producto del basamento familiar, de lo que se le enseñó y aprendió en su proceso de socialización; las contradicciones surgidas ante el panorama del contexto en el que su práctica prevalece; donde se presentan una serie de condicionamientos o preferencias, que lo limitan y determinan muchas veces en su práctica profesional y aun personal. En este contexto se da lo ético; por cuanto vive una serie de contradicciones que lo cuestionan. Las dos esferas; se reflejan en una tercera: lo profesional; aquí, surgen una serie de interrogantes y ambivalencias referidas a cómo enfrentar ese proceso, ese orden económico que aumenta la exclusión y las desigualdades sociales. En tanto trabajador y trabajadora social, debe afrontar la tendencia de la simplificación de su desempeño profesional, al cumplimiento de unas funciones limitadas al tipo de vinculación laboral. Las contradicciones pueden referirse a asuntos concernientes con el compromiso con la institución, o con el usuario, o con sus pares, e inclusive consigo mismo; así como también, con el medio y la ciudadanía en general; pero el centro de su preocupación también radica en no poder cristalizar las posibilidades de cambio y transformación en una forma real. Aquí lo ético; del proyecto profesional está referido a la preservación de los principios morales, de solidaridad, de universalidad en la prestación de los servicios; de igualdad, de respeto por la diferencia; pero también lo ético se refiere a la capacidad intelectual para no callar ante las injusticias; para denunciar y de alguna manera permitir el develar las raíces de los problemas sociales en los cuales se enmarca su intervención y en la que están inmersos los sujetos sociales con quienes interactúa.

Según las entrevistas y reflexiones hechas con las y los trabajadores sociales, y que reflejan la magnitud de los dilemas y contradicciones que vive el trabajador social se puede afirmar que generalmente optan por las exigencias institucionales más no tanto por las necesidades o requerimientos de los sujetos sociales centro de su actuación: “nosotras nunca vamos a ir en contra de las decisiones institucionales”\*. Situaciones como las descritas genera en los y los trabajadores sentimientos de impotencia y dolor: “es difícil

---

\* Entrevista con Trabajadora Social, Hospital Militar Central. Bogotá, Junio de 2011.



porque se generan vínculos afectivos con los usuarios, porque ellos sienten que nosotros somos un respaldo, que somos personas que escuchan y apoyan y de alguna manera somos comprometidas con ellos”\*. Esta contradicción genera sentimientos de impotencia, desesperanza e inclusive reflejan un tanto el conformismo, que solo se puede modificar con la respuesta construida a partir del colectivo de trabajadores sociales.

En estos espacios las y los profesionales se han dado a una tarea importante y es la legitimación de la acción profesional que lucha en su ejercicio para posicionarla tanto en instituciones privadas como públicas, se resalta la búsqueda de espacios:

Desde que me vincule a la rama de la Justicia hace 23 años, han sido muchos los cambios que se han presentado, sin embargo, al interior de las instituciones las funciones están directamente relacionadas con la política institucional, marco en el cual se depende del jefe inmediato. Las coyunturas despertaron en el equipo de Trabajadoras Sociales vinculadas al Centro de Servicio Judicial la necesidad de diseñar un programa que está dirigido en términos generales a recobrar la identidad del trabajador social en la rama judicial, recobrando espacios que a nivel profesional que se habían perdido.\*

En cuanto las contradicciones provenientes de la misma institución, éstas se relacionan con la dinámica propia de la entidad, la necesidad de trabajar por contribuir al logro de los objetivos y alcanzar los mejores resultados con los recursos disponibles. En cuanto a las contradicciones provenientes de población, es decir de los sujetos sociales/usuarios de las entidades, los dilemas tienen que ver la calidad de la atención, con asegurarse de que se les dé un trato respetuoso y equitativo independientemente del motivo de la atención:

hasta donde se protege un joven delincuente bajo la luz de la Ley colombiana con el Código de Infancia y Adolescencia o hasta donde apoyar procesos de restitución de derechos fundamentales como la vida a jóvenes que han asesinado a más de 20 persona o

\* Entrevista con Trabajadora Social de la Secretaria Distrital de Integración social. Junio de 2011.

\* Extracto de la entrevista con una Trabajadora Social del Centro de Servicios Judiciales para Adolescentes. Junio 18 de 2010.



como comprender dinámicas de los miembros de los grupos armados ilegales como la santería y acceder a que realicen sus prácticas para prevenir manifestaciones que pusieran en peligro la vida de los miembros del equipo de trabajo y los otros jóvenes desvinculados.\*

La contradicción se hace presente en los sujetos que se muestran como seres humanos que están viviendo una necesidad, que puede ser satisfecha por la institución en tanto se construye como sujeto político de derechos que está reclamando por ellos. Así mismo, esta postura determina la percepción del trabajador social respecto a él: quien lo puede ver como beneficiario de servicios o como sujeto político que controvierte, construye, sujeto antagónico que abre posibilidades.

- Trabajador social:  $\rightleftarrows$  sentimientos, proyecto de vida, expectativas, etc.
- Sujeto social  $\rightleftarrows$  Necesidades, requerimientos, derechos. etc.
- Institución  $\rightleftarrows$  dinámica, Servicios que presta, recursos, objetivos etc.

En conclusión, los dilemas que surgen en la dinámica de la cotidianidad y de la necesidad del trabajador social de buscar respuestas asertivas a la institución, la usuario y a así mismo; argumenta aun más la necesidad de trabajar desde el colectivo o gremio en la construcción de un proyecto ético - político que respalde al profesional en sus decisiones y asimismo supere el activismo impuesto por las instituciones publicas y privadas.

### 3. Construcción de un Proyecto Ético- Político

Durante la reconceptualización y posterior a ella, lo ideológico ha marcado especial énfasis en el devenir profesional, se ha constituido en un tema de interés en congresos, seminarios y en el ámbito académico en general, la necesidad de trascendencia de la disciplina, que vaya, más allá de lo operativo y en búsqueda de una transformación que llegue hasta la dimensión del diseño y gestión de las políticas públicas.

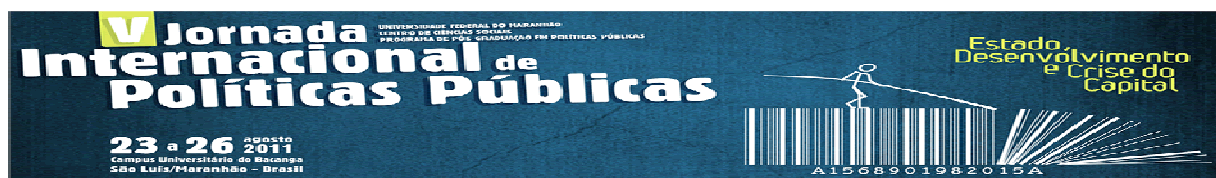
\* Entrevista con: Trabajadora Social ACJ- Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Junio 1 de 2010.



En este sentido, es que se hace necesario hablar de la construcción del proyecto ético político. Se puede plantear que el Trabajo Social contemporáneo; media su actuación entre: uno, la globalización y en consecuencia en el modelo neoliberal y dos, su fundamentación ideológica y política se asienta en el movimiento de la reconceptualización, por cuanto éste, sentó las bases para la constitución de nuevos proyectos profesionales. En ese sentido, se puede puntualizar, que uno de los aportes, más importante de dicho movimiento, fue incorporar a la actuación profesional la dimensión ético-político. Reflexiones al respecto, le obligan a los trabajadores Sociales cuestionar el sentido de su quehacer y en consecuencia asumir nuevos desafíos.

Por ello; la construcción de un proyecto ético-político; tiene que ver con la necesidad de involucrar diferentes aspectos de la vida del ser humano; en este caso del Trabajador Social o Trabajadora Social y con la necesidad de plantearse como reto, la capacidad para transformar realidades con reflexiones acerca de qué se espera y hacia dónde se dirige la disciplina; lo anterior sobre la base de que este proceso no podría construirse sin una mirada crítico reflexiva que permita fundamentar la actuación profesional. Retomando el concepto de Inverzinizzi, “El proyecto ético político es definido como un proyecto emancipatorio, que representa un complejo desafío para el Trabajo Social aunque ello, lleva a una mirada amplia respecto a los procesos sociales, políticos, económicos y culturales y a la búsqueda de las mediciones específicas desde las cuales se es trabajador(a) social inmerso en una realidad contemporánea.”(2007,16). Otra posición sobre este aspecto; es la planteada por Esquivel; cuando argumenta que la dimensión ético política es entendida como los “vínculos que se construyen desde el ejercicio profesional en relación con un proyecto político – social y que se encuentra permeado por determinados valores.

Pero, ¿qué es lo político, en la construcción de un proyecto profesional? Como todo ejercicio de carácter reflexivo, buscar respuestas nos puede llevar a algunas precisiones, o a otras preguntas; por ello es conveniente desagregar los siguientes aspectos: La actuación profesional, se debate entre una serie de ambivalencias o contradicciones que se perciben desde diversos ángulos: uno como ciudadano; dos, como

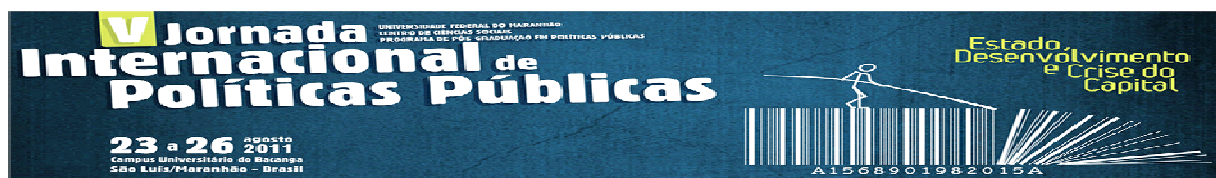


ser humano y tres; como Trabajador y Trabajadora Social; esta última consideramos, integra las otras dos esferas. De esta forma en tanto ciudadano, por ser concebido como sujeto de derechos, pero también de deberes, tiene en el marco de su desenvolvimiento ciudadano que actuar con autonomía y tolerancia a través de la intervención o control ciudadano y la participación en los destinos de su país o su comunidad. En este ámbito, el desconcierto ante la falta de compromiso de quienes suben al poder con los programas por los cuales fueron favorecidos con el voto; genera en los ciudadanos sentimientos de desesperanza y apatía para participar en proyectos políticos.

Frente a lo político del proyecto profesional; puede decirse que existen diversas tendencias; esta la que se refiere a la búsqueda de la equidad, la justicia social, en la perspectiva de la universalización de los accesos a bienes y servicios relativos a programas y políticas sociales, la ampliación y la consolidación de la ciudadanía son apuestas de garantía de los derechos civiles, políticos y sociales de las clases trabajadoras. Otra tendencia referida a lo que Netto declara como “radicalmente democrático – considerada la democratización como socialización de la participación política y la socialización de la riqueza socialmente producida” (2005,39). Pero también está el planteamiento que viene desde el pensamiento Marxista; que involucra tres aspectos: La idea de una nueva realidad social, de una nueva organización social de producción y distribución, la construcción de una sociedad basada en un partido; esto es una organización política que permita construir estructuras políticas partidarias y una tercera; relacionada con la conquista de esa nueva realidad social.

#### **4. Cierre y Desafíos**

La invitación es entonces a participar en una organización que a nivel nacional e internacional, expresen el análisis y propuestas frente a la realidad nacional y latinoamericana; lo anterior le permitiría posicionarse con un sentido crítico, reflexivo y propositivo. Lo anterior supone una participación activa de las y los trabajadores sociales

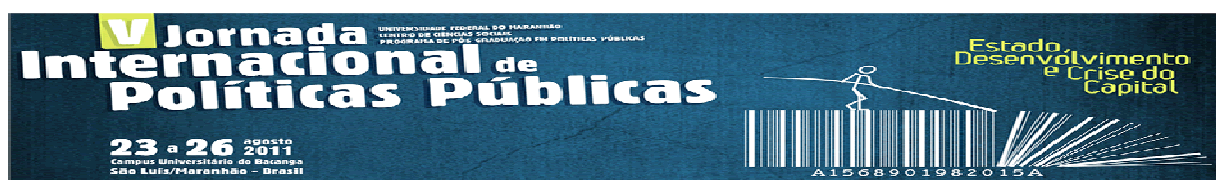


en la reorientación de la política social, para que trascienda a la ejecución de las políticas sociales sin saber para qué y a quién beneficiar.

Las organizaciones imponen, como lo expresado anteriormente, una serie de funciones que en ocasiones no dejan otra opción al profesional que ejecutarlas, ante lo cual se corre el riesgo de convertirlo en un empleado atado a la burocracia, por ello, invitamos a reflexionar en torno a cómo se presentan los dilemas a los que se ven abocados los profesionales en su ejercicio profesional, la postura que asumen y las decisiones que adoptan en la práctica y la manera en la que esta práctica le ha permitido la generación de teoría, que recree el conocimiento ya existente y se pueda contar con literatura propia proveniente de sistematización de experiencias que giren en torno a los escenarios en los cuales se desarrolla el ejercicio profesional, marcado por el clientelismo, la burocracia y la necesidad de supervivencia de los profesionales. Por ello, estamos de acuerdo con el planteamiento de Montaño; cuando afirma que el hecho de que las y los trabajadores sociales al estar vinculados con los dueños de los medios de producción y con sus representantes, esto es una condición que le da “cierto protagonismo y margen de maniobra relativa, para orientar en su accionar profesional; en la medida en que dirija su proceso de formación no meramente para el atendimento directo de las demandas institucionales, sino formando un que organice el colectivo en entidades fuertes y representativas, y que consolide códigos de ética claramente orientado en ciertos valores definidos colectivamente, el asistente puede ver reforzado su margen de maniobra para una práctica profesional que , sin eliminar los condicionantes sistémicos, privilegié la garantía de los derechos sociales conquistados” (1998,3)

En ese sentido y con la intención de aportar a la construcción de un proyecto ético político, de carácter colectivo; a continuación se presentan algunos interrogantes que permitirían debatir sobre aspectos sustanciales de la política social, de esa nueva realidad social que se quiera alcanzar, pero también, debatir sobre la capacidad de asociación y pertinencia que como Trabajadoras y Trabajadores Sociales hemos tenido: ¿Qué reformas hemos sugerido?, ¿qué planteamientos de fondo hemos realizado?, ¿cuáles de nuestras sugerencias han sido tenidas en cuenta?, ¿qué planes se han construido hacia

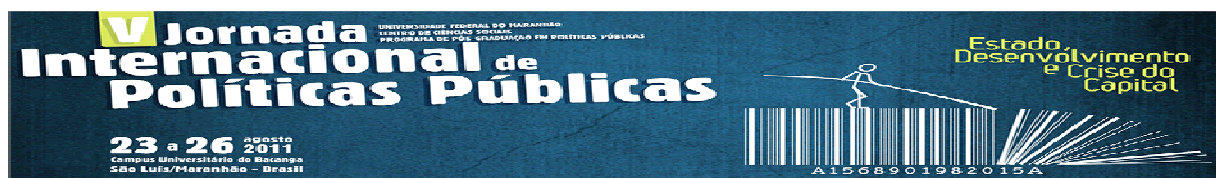




futuro? y ¿qué políticas podemos plantear para el mejoramiento de la calidad de vida y la atención de la población que sufre en nuestro país?, ¿qué ideas de nación hemos construido, ¿qué organización política hemos liderado?, ¿qué hemos hechos para construir esa nueva realidad social?. Así mismo, convendría evaluar qué hemos hecho como gremio para intervenir en las políticas sociales, para ello se sugiere preguntas generadoras de análisis como: ¿Promueve la política, la participación y el empoderamiento por parte de los individuos, familias y comunidades?, ¿La política propuesta respeta, protege y vela por los derechos fundamentales de los sujetos sociales con que trabajamos?, ¿Existen suficientes ONG`S operadoras, lo suficientemente capacitadas para ejecutar las políticas? En caso negativo, ¿cómo se logrará el nivel requerido?, ¿Se incluyen y reconocen las necesidades que en materia de salud, educación, derechos humanos, vivienda, recreación para niños, niñas, mujeres, adultos mayores y adolescentes?

Éstas son algunas de las cuestiones que como colectivo se debería debatir para realizar propuestas que fomenten la construcción de un proyecto ético-político; a partir de la recuperación de la subjetividad como espacio de construcción de la vida humana, en donde se reivindique la vida cotidiana de los trabajadores sociales como un escenario que permita comprender y redimensionar la realidad social y desde estos contextos se pueda acceder a la construcción de conocimiento. Por ello, se extiende la invitación para que desde la academia en unión con los profesionales en ejercicio y los gremios de la profesión se asuma una crítica entorno a la forma en la que se diseñan las políticas públicas de cara al contexto que imponen los dirigentes de turno. Somos conscientes que ello es responsabilidad del Estado (la creación de políticas públicas), pero la ejecución e implementación de las mismas deben estar de cara a resolver las problemáticas de la población para la cual han sido diseñadas no para generar paliativos que agudizan la miseria y el hambre de los sectores más vulnerables de la población colombiana.

En este contexto, para el Trabajo Social, se plantea, la necesidad de fortalecer el compromiso de su quehacer, a partir de la comprensión de la existencia del los sujetos sociales (usuarios, beneficiarios, receptores de las políticas sociales), su dimensión



humana, de reflexionar sobre los espacios profesionales que lo confrontan; así como también, repensar en la responsabilidad de sus decisiones en relación con la construcción de un proyecto político. La dinámica de la cotidianidad en la que se mueve el trabajador y trabajadora social, las políticas sociales que diseña y ejecuta; las funciones que desempeña, el instrumental operativo y científico con que cuenta le dan toda la autoridad para hablar y proponer sobre el asunto en cuestión.

## BIBLIOGRAFIA

Alcanta S. Manuel, Juan Manuel Ibeas, Colombia ante los retos del siglo XXI: Desarrollo democracia y paz. La gravedad de esta situación. Ediciones universidad Salamanca. 2001. p22

ALCALDIA MAYOR DE BOGOTÁ. (2010). Política Pública Social para el Envejecimiento y la Vejez en el Distrito Capital. 2010 -2025. Bogotá Secretaria Distrital de Integración Social.

BANKS, Sara. Ética y valores en el trabajo social. España: Paidós Iberica. 1997. p.208.

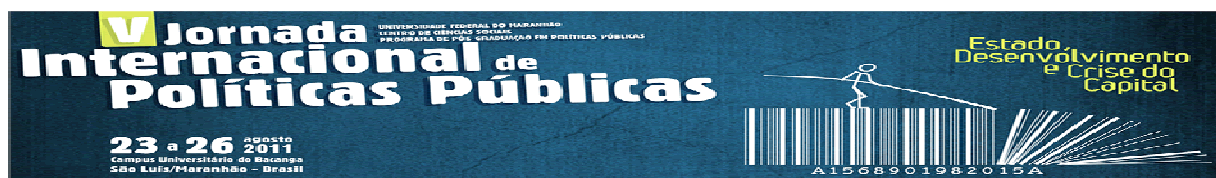
Caminas i Brugè, Johan. (2006). La ética aplicada a la intervención social. En revista de servicios sociales y política social, del Consejo General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social, N 73. pp. 135-144.

CAZZANIGA, Susana. "El Abordaje desde La Singularidad". En Desde El Fondo. Cuadernillo N° 22. UNER. 1997

Ley 65 de 1993. Código Penitenciario y Carcelario, Título XIV. Atención Social, penitenciaria y carcelaria. Modificada por las Leyes 415 de 1997 y 504 de 1999. Colombia.

Montaño, Carlos. (1998). Trabajo Social e Intervención: La Politización de la Acción Profesional. [www.ts.ucr.ac.cr](http://www.ts.ucr.ac.cr).

ESTRADA Ospina, Víctor Mario. Ponencia: Intervención Social y Globalización. En memorias 13º Congreso Nacional de Trabajo Social. La intervención en trabajo social:



Globalización, justicia social y diversidad. Agosto 11,12 y 13. Cali Colombia: Universidad del Valle. 2010. p.179

\_\_\_\_\_ Resignificar la historia de la profesión para la resignificación de la intervención profesional. En memorias II Seminario Internacional Intervención en Trabajo Social: fundamentación teórica y *metodológica* 19 y 20 de noviembre Medellín Colombia. 2009. p.240.

\_\_\_\_\_ Implicaciones ético-políticas y ético-técnicas de la formación. En Boletín Electrónico Surá # 147. Escuela de Trabajo Social - Universidad de Costa Rica. 2008 On line [www.ts.ucr.ac.cr](http://www.ts.ucr.ac.cr)

FALEIROS, Vicente de Paula. Trabajo Social: Ideología y método. Argentina: Editorial ECRO. 1974. p. 155.

Falla Ramírez Uva y Gómez Contreras Sandra Del Pilar,. Práctica Profesional y Políticas Sociales: Una Reflexión Desde Los Dilemas Éticos Planteados a las y los Trabajadores Sociales. Revista colombiana de Trabajo Social. Bogotá. 2011.

GÓMEZ, Conteras, Sandra y FALLA RAMIREZ, Uva. Ponencia: La práctica profesional del Trabajador Social en las relaciones estado-sociedad. En memorias 13º Congreso Nacional de Trabajo Social: La intervención en trabajo social: Globalización, justicia social y diversidad. Agosto 11,12 y 13. Cali Colombia: Universidad del Valle. 2010. p179.

INVERZINIZZI Paola. Por un proyecto ético político articulado con un proyecto emancipatorio. En: La profesionalización en trabajo social: rupturas y continuidades, de la re conceptualización a la construcción de proyectos ético-políticos / coordinado por Margarita Rozas Pagaza. 2007. p.16.

Manfredd Max Neff. Desarrollo a Escala Humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones.. Ed.Nordan- comunidad. Uruguay 3ed. 2006

NETTO, J.P. Crisis capitalista y Ciencias sociales. En: Fernández S.S. (Coordinadora). El Trabajo Social y la cuestión Social. Congreso Nacional de Trabajo Social del Centro de Provincia de Buenos Aires. Espacio Editorial. 2005.

PÉREZ Mendoza, Liliana. Autonomía, ética e intervención social. Una propuesta desde la ética del discurso y la acción comunicativa para el trabajo social contemporáneo. En



Revista Trabajo Social. N. ° 10, ISN 0123-4986. Bogotá: Universidad Nacional 2008. p. 57-81.

ROZAS P, Margarita. (Coordinadora). La Profesionalización en Trabajo Social: Rupturas y Continuidades, de la reconceptualización a la construcción

Sen, Amartya, Desarrollo como libertad; Madrid: Editorial Planeta, p.1915.

Rodas Castillo S.M., Urriza Goldaracena C. y Van de Velde L. (2006), "DESARROLLO": ¿Paradigma recuperable o paradoja? En búsqueda de nuevos paradigmas para "Otro-Mundo-Posible", UCA, San Salvador, 59 pp.

Restrepo, Darío I. (2001). Participación Social: Relaciones Estado-Sociedad Civil. En Revista Salud Pública. Vol.3 No.3. Sept./Dec. Colombia

Urquidi, Víctor L. Desarrollo sustentable y cambio global. México. 2007